



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Ata nº04/2022

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, reuniu, em reunião ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, sito em Chaves, pelas nove horas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 22 DE JUNHO DE 2022; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 3 - RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE CHAVES, A LEVAR A EFEITO PELO MUNICÍPIO DE CHAVES – SITUADAS ENTRE A RUA DR. JOÃO MORAIS E ALAMEDA DE TRAJANO, – EM CHAVES - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 486/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ARQUITETO JOSÉ PAULO ROXO, DATADA DE 26/08/2022; -----

PONTO 4 - EXTINÇÃO DO PROCESSO N.º 104/04.0BEMDL-A E DO RECURSO INTERPOSTO (REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE EM SUBSOLO DESTINADO À CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO E, BEM ASSIM, DO CONTRATO PARA A EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO DE PARCÓMETROS E RESPETIVO ADICIONAL). PROPOSTA N.º 84/GAPV/2022; -----

PONTO 5 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CHAVES (CMS-MC). PROPOSTA N.º 59/GAPV/2022; -----

PONTO 6 - PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO DESTINADO AO FOMENTO DA APICULTURA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 13/GSPBEA/2022; -----

PONTO 7 - ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES. - RESERVA DE RECRUTAMENTO. PROPOSTA N.º 82/GAPV/2022; -----

PONTO 8 - DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE 1 CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – DIVISÃO DE AMBIENTE. PROPOSTA N.º 73/GAPV/2022; -----

PONTO 9 - ANÁLISE DO RELATÓRIO QUE COMPREENDE O 1º E 2º SEMESTRES DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “INOVAÇÃO PRODUTIVA – EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE 08/SI/2020”, CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE A.S. METAIS – FABRICO E LACAGEM, LDA. - INFORMAÇÃO Nº 33/DDE/2022, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 01.09.2022; -----

PONTO 10 – PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM -. CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS.BENEFICIÁRIA: FACHADA MÁGICA – ESTUTURAS MODULARES, LDA.INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 161/UCE/2022; -----

PONTO 11 - SOLICITA A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE OUTEIRO SECO – NA RUA CENTRAL/EM 506 – FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - PROCESSO Nº 778/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 514/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 07/09/2022; -----

PONTO 12 - SOLICITA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE REDONDELO – NA LOCALIDADE DA PASTORIA, – FREGUESIA DE REDONDELO - PROCESSO Nº 479/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 323/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 07/06/2022; -----

PONTO 13 – SOLICITA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO PARA VEÍCULOS PESADOS, – NA LOCALIDADE DO COUTO, – FREGUESIA DE ERVEDEDO - PROCESSO Nº 491/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 324/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 08/06/2022; -----

PONTO 14 - SOLICITA A CRIAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA VEÍCULOS ARTICULADOS, A PEDIDO DO INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES, I.P. (CHAVES) – NA AVENIDA DE SANTO AMARO, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 520/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 319/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 06/06/2022; -----

PONTO 15 - PEDIDO DE CRIAÇÃO DE UM LUGAR PARA CARGAS E DESCARGAS, APRESENTADO PELO MUNICÍPIO DE CHAVES – NA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES, JUNTO AO MERCADO MUNICIPAL – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 788/22. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 495/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ARQUITETO TIAGO LOPES, DATADA DE 02/09/2022; -----

PONTO 16 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE PLACA DE CARGAS E DESCARGAS, A PEDIDO DO SENHOR YE WEIWEI, PROPRIETÁRIO DA FIRMA FANTASY IMAGINATION, LDA – NA RUA DO PESSEGUEIRO PRÓXIMA DO ARMAZÉM DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 805/22. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 501/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ARQUITETO TIAGO LOPES, DATADA DE 05/09/2022; -----

PONTO 17 - SOLICITA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO DE SINALIZAÇÃO – DESDE O CRUZAMENTO DA AVENIDA DE SANTO AMARO E RUA DE CARAMACHÃO ATÉ AO CRUZAMENTO DA R. JOSÉ JOAQUIM DELGADO E R. MARIA ISABEL PEREIRA, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 503/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 356/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 22/06/2022; -----

PONTO 18 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ATRAVÉS DO PORTAL “A MINHA RUA” COM O Nº DE REGISTO 61802, – NA AVENIDA DE SANTO AMARO, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 461/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 283/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

25/05/2022; -----

PONTO 19 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, EM NOME DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANFINS – NUM CRUZAMENTO EM SANFINS DA CASTANHEIRA, ENTRE A RUA DO CRUZEIRO E A RUA DA CAPELA, – FREGUESIA DE SANFINS - PROCESSO Nº 498/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 346/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 15/06/2022; -----

PONTO 20 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, EM NOME DE PEDRO ANDRADE, – NA AVENIDA DR. ANTÓNIO GRANJO, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 563/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 367/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 28/06/2022; -----

PONTO 21 - PEDIDO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, A PEDIDO DO SENHOR PRESIDENTE DA FREGUESIA DE OUTEIRO SECO – NUM CRUZAMENTO ENTRE A RUA DE SANTA ANA E A RUA DE NABELHOS – FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - PROCESSO Nº 776/22. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 493/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ARQUITETO TIAGO LOPES, DATADA DE 01/09/2022; -----

PONTO 22 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, A PEDIDO DO SR. RICARDO GOMES MAU-PÃO – NA RUA DO ABADÉ FRAGA, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 762/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 512/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 06/09/2022. -----

Presidiu a esta reunião da Assembleia Municipal de Chaves, **Altamiro da Ressurreição Claro**. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, José Francisco de Resendes Carreira, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio do Nascimento Ramos, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Nuno Artur Esteves Ferreira, Francisco António Pinho Peixeiro, Maria Adalgisa Portugal Ferreira da Silva Babo, Ricardo Vassal Coutinho, José Carlos Carvalho Fernandes. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, Michele Alexandra Rodrigues da Costa, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Gonçalves Ferreira, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, João Luís Gonçalves Rodrigues e Maria José Alves Portela. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Vítor Carlos Teixeira Pimentel, Helena Cristina Gonçalves Santos e Daisy Machado Lameira. -----

Pelo Grupo Municipal do CH - CHEGA: Vítor José Gomes. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, de Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões -João Manuel Almeida Pinto, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins da Castanheira – Sara Cristina Trinta Morais, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sana Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia - Mário José dos Anjos, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Antero Luís Ginja, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras) - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de Deputados da Assembleia Municipal: Cristina Maria Inocência Imaginário, pelo PS; Júlio Eliseu dos Anjos Alves, pelo PS; Joana Maria Machado Borges, pelo PS; Fernando Miguel Borges Valpaços, pelo PS; António Jorge de Sousa Pinto de Barros, pelo PS; Lara Beatriz Pinheiro de Melo, pelo PS; -----

Pelo Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, foi declarada aberta a reunião, quando eram nove horas e quinze minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a Ordem do Dia previamente elaborada. -----

No uso da palavra o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: Bom dia, permitam-me que cumprimente os elementos da Mesa, o senhor Presidente da Câmara Municipal, os senhores Vereadores, os senhores Deputados Municipais, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, os colaboradores do Município que dão apoio a esta Assembleia Municipal, público e membros da comunicação social que, eventualmente, estejam presentes, vamos dar início à reunião. -----

Gostaria de dar início a esta reunião, dando posse ao senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Travancas e Roriz, Antero Luís Ginja. -----

No uso da palavra o 1º Secretário da Mesa, **Anselmo José Martins**, disse: Muito bom dia a todos. -----

“TERMO DE POSSE -----

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, neste Auditório do Centro Cultural de Chaves, compareceu o Cidadão, Antero Luís Ginja, titular do Cartão de Cidadão nº 03109228, em cumprimento do artigo 79º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e ulteriores alterações, para o preenchimento do lugar deixado em aberto pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

*falecimento do Presidente da União de Freguesias de Travancas e Roriz, Filipe Maldonado Pinto, pelo PS – Partido Socialista, a fim de tomar posse como Membro desta Assembleia Municipal de Chaves, Quadriénio 2021/2025 -----
Após a Mesa desta Assembleia ter verificado a legalidade do ato, conferiu-lhe a correspondente posse do cargo de Membro desta Assembleia, de que se lavrou o presente termo que depois de lido, vai ser assinado pelo Empossado e pelos Membros da Mesa desta Assembleia Municipal, e eu, Anselmo José Martins, Primeiro Secretário da Mesa, o redigi e subscrevi.”-----*

De seguida o Presidente da Mesa, passou a palavra ao 1º secretário, **Anselmo José Martins**, que deu conhecimento dos convites, expediente e pedidos de substituições que entraram no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal até à presente data. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

De seguida, entrou-se no Período Antes da Ordem do Dia, tendo o Presidente da Mesa, dado conhecimento da entrada na Mesa de três Propostas: duas de dois Votos de Congratulação e uma de um Voto de Pesar: -----

Os Votos de Congratulação foram subscritos pela Mesa da Assembleia Municipal e o Voto de Pesar, foi subscrito pelo Grupo Municipal do PS. -----

Mesa da Assembleia Municipal – Voto de Congratulação – A Orquestra de Sopros da Academia de Artes de Chaves, que foi lido pelo Presidente da Mesa, Altamiro da Ressurreição Claro, que abaixo se transcreve: -----

“A Orquestra de Sopros da Academia de Artes de Chaves, fundada há 14 anos, em outubro de 2008, pelos professores e músicos Marcelo Almeida e Luciano, é constituída por jovens músicos dotados de grande talento e inspiração artísticos oriundos da região norte. -----

Exemplo vivo da importância do verdadeiro processo de ensino aprendizagem promovendo o estudo da música na sua diversidade, realiza temporadas de concertos anuais. Dirigida desde a sua fundação pelo Maestro Luciano Pereira, também, e já referido, professor e membro fundador. -----

Detentora de um currículo baseado na formação contínua de qualidade e mérito, durante o seu percurso e ciclo vital conquistou prémios internacionais colecionando 12 galardões obtidos em concertos, festivais e concursos. Atuando nos mais reconhecidos e prestigiados palcos em Portugal e no estrangeiro. -----

Tendo sido a primeira banda portuguesa selecionada para o festival World Music Contest (WMC) que se realiza a cada quatro anos na cidade holandesa de Kerkrade, desde 1951, para Orquestras de Sopro, Ensembles de Percussão, Brass Bands e Marching Bands, arrecadou o galardão de 1º lugar. “Esta grande vitória no festival holandês, considerado pelo seu fundador, Professor Marcelo, como o mundial dos concursos de orquestra, “o orgulho antecipado e o sabor a prémio e reconhecimento do trabalho árduo, considerada como uma conquista com um brilho especial”, palavras de orgulho proferidas pelo seu fundador e que traduzem também para todos nós este sentimento positivo de desejo de congratulações e partilha coletiva deste orgulho. -----

Assinalando também, e em memória recente, o dia da condecoração Municipal com a merecida atribuição da medalha grau ouro com que foi agraciada no dia 17 de setembro de 2022. -----

Pelo exposto, a Mesa da Assembleia Municipal propõe: um voto de congratulações à Orquestra de Sopros da Academia de Artes de Chaves pelas vitórias obtidas, em especial, a conquista do título de melhor orquestra de sopros do mundo. -----

A Mesa da Assembleia Municipal -----

O Presidente -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

O 1º Secretário -----
O 2º Secretário” -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**. No uso da palavra disse. Bom dia, senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. Na minha intervenção queria referir três aspetos: O primeiro aspeto é de ordem pessoal, justificar a minha ausência da cerimónia, por motivos pessoais não pude estar presente. O segundo é associar-me ao Voto de Congratulação, mas chamar à atenção para um aspeto, é minha opinião de que o Louvor, o Reconhecimento, deve, também, ser à Academia em si, seguramente por causa de todos os prémios, mas muito para além disso, pelo que a Academia faz pela formação musical, pela sensibilidade artística, independentemente dos prémios que alcance ou não. O mérito também está aí, ser um ponto do ensino articulado e ser um ponto que gradualmente transforma os jovens de Chaves, como uns jovens que têm uma formação e uma sensibilidade artística e que depois trasvaza da Orquestra de Sopros e depois da música para a sensibilidade artística. Entendo que, nesse sentido, estão todos de parabéns e nós votamos a favor, como é evidente. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, disse: Muito bom dia a todos. -----
Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Mesa e, na sua pessoa, toda a Assembleia Municipal. Vim aqui para esclarecimento de uma dúvida. Sempre ouvi falar e, não pondo em causa tudo quanto já foi dito pelo senhor deputado Municipal, Manuel Cunha, sempre ouvi falar de que o Professor Marcelo também tinha sido um dos grandes impulsionadores, de facto, do arranque desta Orquestra, aliás, eu sempre convivi com a Orquestra, pois moro aqui muito perto, e fui-me apercebendo de que o Professor Marcelo era um dos homens que em conjunto com o Professor Luciano que, de facto, tinham sido eles que arrancaram com esta Orquestra desde início e que a levaram a estas grandes vitórias. De facto, ficamos todos satisfeitos por tão grandioso feito. Ser considerada uma das melhores Orquestras de Sopros do Mundo, é um orgulho para toda a região. Só queria que esclarecessem a minha dúvida se, de facto, o Professor Marcelo também não fez alguma coisa por esta Orquestra? Porque não ouvi citar o seu nome, se foi citado eu não ouvi e, então, peço imensa desculpa. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um pequeno esclarecimento sobre a questão colocada, pelo membro desta Assembleia José Pimentel Sarmento, do PSD, referindo que o nome do Professor Marcelo Almeida e do Professor Luciano Pereira foram citados no primeiro paragrafo do Voto de Congratulação. -----

Colocado à votação, o Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade e aclamação. -----

Mesa da Assembleia Municipal – Voto de Congratulação – Grupo Desportivo de Chaves – Futebol Praia, que foi lido pelo senhor Presidente da Mesa, Altamiro da Ressurreição Claro que abaixo se transcreve: -----

“A Mesa da Assembleia Municipal, ciente de que interpreta a vontade dos deputados deste Órgão Deliberativo, representativo de todos os Flavienses, vem propor a aprovação de Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo de Chaves – Futebol Praia, pela conquista do título de Campeão Nacional da 2ª Divisão e consequente subida à divisão de elite, na modalidade de Futebol de Praia. -----

Congratula, ainda, todos os colaboradores, atletas, equipa técnica e dirigentes que contribuíram decisivamente para a concretização deste feito único do G.D. Chaves -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Futebol Praia. Feitos estes, que prestigiam e levam bem longe o nome de Chaves e da Região. -----

Chaves, 28 de setembro 2022. -----

A Mesa da Assembleia Municipal -----

O Presidente -----

O 1º Secretário -----

O 2º Secretário” -----

Colocado à votação, o Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade e aclamação. -----

Grupo Municipal do PS, - Voto de Pesar – Pelo Falecimento do Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Travancas e Roriz, que foi lido pelo senhor Presidente da Associação de Freguesias do Concelho de Chaves, Luís António Gonçalves Costa, que abaixo se transcreve: -----

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima senhora e senhor Secretários da Mesa, Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, excelentíssima senhora Vereadora, excelentíssimos senhores Vereadores, excelentíssimos senhores Deputados Municipais, excelentíssimas senhoras Presidentes de Junta, excelentíssimos senhores Presidentes de Junta, Representantes dos Órgãos de Comunicação Social e Público Presente. Bom dia. -----

“Em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresento uma nota de pesar pelo recente falecimento, do senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Travancas e Roriz, Filipe Maldonado Pinto no passado dia 30 de julho de 2022, com apenas 37 anos de idade. O Grupo Municipal do Partido Socialista manifesta a sua solidariedade para com familiares e amigos por tão prematura perda, agradecendo publicamente pela dedicação e empenho prestados à causa pública, especialmente ao serviço das populações de Travancas e Roriz. -----

Assembleia Municipal, 28 de setembro de 2022” -----

Colocado à votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade e aclamação.

Foi guardado um minuto de silêncio. -----

Ainda, neste período de Antes da Ordem do Dia, registaram-se -se as intervenções dos senhores Deputados: -----

António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: --
Muito bom dia, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, todos os presentes, cumprimento respeitosamente. Dizer que estamos a dois dias de terminar o ano hidrológico de 2021/2022 (dois mil e vinte um, dois mil e vinte e dois), seguramente este ano terá sido marcado negativamente pela seca e pelos incêndios. Pelos incêndios que afetaram de forma também muito severa o Concelho de Chaves com alguns avultados prejuízos, com bastantes pessoas que sofreram com o flagelo dos incêndios. É justo, aqui, dar uma palavra de agradecimento e de realce ao esforço e ao empenho de todos os Bombeiros e de todas as pessoas envolvidas no combate aos incêndios que afetaram uma área muito grande neste Concelho, situação que nos deixa bastante preocupados, seguramente, mas também nos deve deixar alertados para coisas que podemos fazer e que estão a ser feitas. Falo, nomeadamente, sobre qualquer coisa que, aliás, os sucessivos Governos têm vindo a dizer ou a defender que é a importância da produção de energia a partir da biomassa florestal como uma forma de reduzir o risco de incêndio, ou seja, uma boa manutenção e a limpeza das áreas florestais podem ser canalizadas para a produção da energia através da biomassa resultante dos resíduos florestais. Está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

a ser feito em Portugal desde 2005 (dois mil e cinco). Em 2006 (dois mil e seis), foram construídas várias centrais de biomassa, licenciadas para queimar biomassa residual florestal. Em 2020 (dois mil e vinte), existiam já 21 (vinte e uma) centrais licenciadas, algumas delas em cogeração. -----

E, atualmente, temos um conjunto de projetos muito significativo submetido para esta produção de energia, inclusive, como saberão, há o Decreto Lei nº120 de 2019, que regula especificamente o regime para a instalação e operação de novas centrais de biomassa a nível municipal para projetos até 10 (dez) Megawatts de potência instalada. Devo dizer que, neste momento, várias Câmaras do País estão a submeter projetos por exemplo para a transição energética de vários equipamentos de uso público, como pavilhões desportivos, escolas, etc, com a utilização de biomassa para a produção térmica que, obviamente, tem diversas vantagens, não só para a utilização de tecnologias de carbono nulo e a utilização de recursos endógenos, mas, também, a própria economia nacional e a maior independência energética, constituindo assim, um contributo para a segurança energética do País e, em paralelo, a promoção do desenvolvimento regional. Portanto, chamo aqui à atenção desta, eu diria, oportunidade, não só pela questão do contributo para a diminuição do risco de incêndios, mas também do ponto de vista da valorização energética dos nossos recursos que face àquilo que se antevê de problemático nos próximos tempos em termos dos custos de energia e a nossa vontade de ganharmos maior independência nacional e regional em termos de energia, portanto, poderá fazer sentido. Deixo, aqui, este ponto em aberto, suponho que, por exemplo, a empresa participada dos Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso pode, dada a sua vocação de produção de energia, eventualmente, estudar e candidatar um projeto nesta matéria, suponho que é um assunto que nos poderá e deverá interessar a todos. -----

Relativamente à seca, também conhecemos todas algumas regiões do País que foram mais afetadas do que outras em termos de disponibilidade de água e, portanto, muito se falou sobre esta matéria, a própria Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos a ERSAR, que tem acompanhado todas as entidades gestoras de distribuição de água, inclusive também Chaves, que tem alertado para a necessidade de se fazer um esforço, eu sei que o senhor Presidente está com essa preocupação em mãos, tem um projeto e um orçamento nesse sentido. No entanto, fomos também, de alguma forma, surpreendidos pela declaração do senhor Ministro do Ambiente em agosto deste ano ao apontar 43(quarenta e três) concelhos do País em situação mais crítica, e o Concelho de Chaves estava incluído nessa lista. Portanto, o que diziam essas recomendações do Governo, entre outras coisas, que se deveria subir a tarifa da água, essencialmente, no primeiro escalão. Acredito que muitos Presidentes de Câmara, como, se calhar, aqui em Chaves, também, provavelmente, não prestaram a devida atenção e com razão, dado que até influenciaria, digamos, a gestão da seca ou da escassez de água em pleno verão, pois estas medidas não se tomam já no período de seca. Mas, de qualquer modo, o que eu gostaria, era de, e não só, perguntar ao senhor Presidente o que é que refletiu e terá oportunidade de responder sobre esse assunto, dado que no compromisso eleitoral do Partido Socialista, de 2021 (dois mil e vinte e um), um dos pontos, era tentar reduzir o preço da água e do saneamento até 10% (dez por cento), neste mandato. Estamos no princípio do mandato, ou seja, na primeira metade do mandato, mas, de qualquer modo, é um assunto que deixaria também à sua consideração. Por último, e sei que é natural que estejam já a preparar a proposta do Plano e Orçamento para o ano de 2023 (dois mil e vinte e três) e face à situação económica que se tem vindo a falar, ainda ontem, o senhor Governador do Banco de Portugal, falou e apontou para um possível valor da inflação de 7,4% (sete virgula quatro por cento), não era ainda um valor chave, mas, se calhar, será desta ordem de grandeza. Que consequências e qual será o valor a ter como referência e de orientação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

para a elaboração do Orçamento e que consequências podemos esperar e que medidas poderemos tomar face a essa perspetiva de uma inflação que se aproxima já dos 2 (dois dígitos). Muito obrigado. -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo **PS**, no uso da palavra disse: Bom dia. -----
“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Público, Comunicação social e demais presentes. -----

Na anterior reunião da Assembleia Municipal, em 22/06/2022 manifestei aqui curiosidade relativamente às iniciativas de âmbito cultural e outras que estariam previstas acontecerem durante o verão, para tentar colmatar os tempos difíceis que vivemos, fruto da pandemia, que ainda hoje se sente. A tal formulação o Sr. Presidente do Município, respondeu, asseverando que estavam definidos vários eventos na agenda cultural e que iriam decorrer durante os meses de verão. -----

Efetivamente assim foi e devo confessar que as expectativas foram superadas. O Município de Chaves presenteou-nos com um verão cheio de festas e comemorações.

Atrevo-me a afirmar que vimos Chaves como nunca antes se viu. -----

Celebrámos o dia da Cidade, tivemos o Festival N2 e a Festa dos Povos. -----

A par disto, também se associaram ao Município e coorganizaram vários grupos e associações que dinamizaram outros eventos, tais como as marchas populares ou o teatro itinerante de rua. A todos os envolvidos o nosso obrigado. -----

Fomos visitados por muitas pessoas. Assistimos a uma cidade com vida, gente e movimento. -----

Tudo isto, levou a um incremento Em especial na hotelaria e restauração, mas também em todo o comércio, fortalecendo a economia local. -----

É assim que queremos continuar a ver a nossa cidade nos próximos anos: atrativa e feliz. -----

Uma palavra final de reconhecimento aos serviços municipais pela diligência com que, após cada avento, com rapidez e eficiência se repuseram a limpeza e a normalidade. -
Muito obrigada Sr. Presidente! -----

Um outro ponto que gostaria de aqui referir é a excelente notícia do regresso da oferta pública e o fortalecimento do Ensino Superior em Chaves. -----

Deixamos de ter, na cidade de Chaves ensino superior público já há muitos anos e o Município consegue, neste 2022, fruto de uma salutar parceria estabelecida anunciar a aprovação de um curso do Ensino Superior Público na nossa cidade. -----

É já para este ano letivo 2022/23 que Chaves consegue que, pela primeira vez desde há muitos anos, abra a oferta de um curso superior público, o de Fisioterapia, com 25 vagas, todas já elas preenchidas. Uma grande mais valia, reconhecida desde logo pelo facto de a última vaga de entrada ter sido ocupada com média de 15.5 valores, o que demonstra a procura e a atratividade desta oferta de ensino. -----

Ora, isto só aconteceu porque o Município reuniu esforços e teve a capacidade de negociar proactivamente com distintas entidades. -----

A aposta do Município e do Partido Socialista não é conjuntural nem de circunstância. É notória a vontade de criar bases sólidas para que o ensino superior pública não só abra, mas também que se fixe no nosso território. A título de exemplo destacamos a este propósito o contrato de financiamento que o IPB (Instituto Politécnico de Bragança) viu aprovado este mês para a criação de uma nova residência de estudantes em Chaves, com um pacote financeiro de quatro milhões de euros. -----

O AquaResidence será dotado de 120 camas para estudantes e ficará situada no Campus da Água, em Outeiro Seco. -----

Não poderíamos estar mais expectantes e orgulhosos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Ainda neste âmbito, destacamos também o crescimento e consolidação da Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa. Uma Escola Superior de cariz privado, mas de utilidade pública, que tem prestígio e representa projetos de vida para muitos jovens. -----

Neste estabelecimento é o 4º ano consecutivo que são preenchidas as 80 vagas, o que ressalta a boa adesão ao curso e demonstra a vitalidade da Escola Superior. -----

Volvidos mais de 8 anos podemos afirmar o regresso do ensino superior a Chaves. ---- Bem-haja ao Município e a quem no sucesso acredita.” -----

Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo **PSD**, disse: Muito bom dia a todos os presentes. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, caros Deputados eleitos, senhores Presidentes de Junta, pessoal de apoio a esta Assembleia, comunicação social que poderá estar presente e demais flavienses. Vou ser muito breve, vou só colocar uma questão que com as 2 (duas) últimas Assembleias Municipais: numa, veio para aprovação, noutra, veio para conhecimento de que todos os trâmites foram seguidos, veio aqui uma proposta de um empréstimo para financiar o pagamento de outros empréstimos, creio que estão todos lembrados do que estou a falar. Quero só saber em que ponto está esse assunto? Só por curiosidade, não tenho nenhum pedido de informação prévia, é só mesmo para saber como é que está este assunto, porque não está na Ordem de Trabalhos. Muito obrigado. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, na sua intervenção disse: -----
Muito bom dia, renovo os cumprimentos. É verdade que nós tivemos um verão positivo para Chaves, vendo o movimento e falando com os comerciantes, com a restauração, com os cafés, foi nitidamente um ano positivo, todos ficamos contentes com isso. Também é verdade que nós estamos a passar um período muito difícil no País e no mundo, um período com alterações climáticas gravíssimas, continuamos a atravessar a maior seca que há memória nesta região, houve rios do Concelho de Chaves que secaram, nunca tinham secado e estes impactos ambientais vão ser gigantes. Continuamos com o risco da generalização da guerra, a situação na Ucrânia continua altamente complexa e continua a ser necessário que todos tenhamos uma palavra no sentido da paz e que tem que haver uma solução para a situação que não passe por uma guerra continuada, onde morrem milhares e milhares de jovens de um lado e do outro, populações civis que não têm culpa da situação que se atravessa. Temos uma inflação galopante que já existia, é bom ter memória disso, antes da guerra, pois há muita gente que diz que a inflação é consequência da guerra, é uma mentira factual e que nos vai comendo os salários e nos vai comendo as reformas. Temos um Governo que agora parece o Governo da Troika, que é, encontra todos os argumentos para que os rendimentos de quem trabalha, de todos nós, dos reformados, de quem trabalha no setor público, de quem trabalha indiretamente no setor privado, não podem aumentar porque isso cria uma espiral inflacionista. Os argumentos são sempre, os salários e os rendimentos de quem trabalha não podem aumentar, as reformas não podem aumentar, os lucros das multinacionais, das empresas financeiras, das empresas da energia não podem ser tocados senão a economia colapsa. Temos as funções sociais do Estado em risco, e chamo à atenção do Presidente da Câmara e da Autarquia, como é que é possível que o Conselho de Administração do Centro Hospitalar esteja num impasse desde dezembro? Como é que uma empresa que mexe com dezenas, provavelmente mais de cem milhões de euros, tem uma situação de gestão com a vergonha da Diretora Clínica ter saído do Centro Hospitalar, ter sido nomeada pelo Governo diretora clínica do Hospital de Braga e o Centro Hospitalar estar há meses sem diretor clínico? Se isto não contribui para a degradação da situação, não sei o que contribuirá? Finalmente, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

relação à água, recordar as questões que a CDU levanta sistematicamente, os Municípios têm que ter um papel decisivo na gestão da água, tem que haver planos que aproveitem todos os recursos hídricos e a ideia de que a barragem dos Pisões podia fornecer água a toda a gente, infelizmente, e isso, como é evidente, é culpa da seca, mas também é culpa do aproveitamento para eletricidade até ao fim, em busca de lucros. Nós vamos ter períodos difíceis em que tudo tem que ser rentabilizado, a CDU levantou aqui uma questão a que Câmara tem estado atenta, mas é preciso acelerar, nomeadamente no próximo Orçamento que é a questão de reduzir o consumo, as perdas da rede em baixa, esse investimento tem que ser uma prioridade absoluta, porque se nós constatámos que perdíamos 70% (setenta por cento) da água e que o objetivo é reduzir para 50% (cinquenta por cento), temos que acelerar esse objetivo como um investimento prioritário do Concelho, senão, os tempos que se avizinham serão difíceis. Para termos a noção de que isto não chega, vejam os números de Espanha, 70% (setenta por cento) da água doce armazenada em Espanha é gasta na agricultura e 80% (oitenta por cento), da produção da agricultura Espanhola é para exportação. Isto mostra o absurdo do Mundo que estamos a construir, porque nós falamos da água e de subir as tarifas dos consumidores e esquecemos que a maior parte da água na Península se gasta na agricultura, mas não é na agricultura para nós comermos, é na agricultura do negócio da exportação e, por isso, as terras estão abandonadas e, por isso, os incêndios são ainda maiores e é este modelo de Mundo que nós construímos, ou percebemos que temos de mudar ou os tempos que se avizinham serão decisivos e decisivos no sentido negativo. A CDU lança aqui estes alertas, os alertas de que são tempos em que é preciso firmeza, nitidez e coerência nos projetos que temos que apresentar e que é preciso, inquestionavelmente, melhorar as condições dos que trabalham e isso passa, inevitavelmente, por melhorar os salários. -

Em resposta às intervenções acima exaradas, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Muito bom dia. Muito bom dia senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhora Secretária, senhor Secretário, senhora Vereadora, senhores Vereadores, distintos Membros deste Órgão Deliberativo, senhores Deputados, senhoras Presidentes de Junta de Freguesia, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, público aqui presente, eventualmente, comunicação social que assiste à nossa reunião magna e, naturalmente, as pessoas que nos dão aqui assistência e que permitem que tecnicamente possa ser realizada. -----

Queria, naturalmente, começar primeiro por me associar àquilo que foram os votos de congratulação aqui expressos que recolhem integralmente a minha concordância e permitam-me ainda sublinhar e sublimar ainda mais esse reconhecimento, quer para a Academia de Chaves, quer para os feitos conseguidos em termos desportivos pelo Grupo Desportivo de Chaves, agora na dimensão de Futebol de Praia. Naturalmente, uma palavra para quem nos deixou, para o Filipe, que para além de ser Presidente de Junta, era meu amigo e da minha aldeia. Portanto, dizer que, de facto, foi uma perda muito grande e que foi muito cedo que partiu e estas palavras de condolência e de pesar, naturalmente, queria reforçá-las também, aqui. -----

Depois, dizer uma coisa como nota prévia, quer-me parecer que há membros desta Assembleia Municipal que não conhecem a Lei nº75, que não conseguem distinguir a Câmara Municipal da Assembleia Municipal, são órgãos distintos, necessariamente distintos. Portanto, queria dizer que Câmara e Assembleia Municipal não se confundem, são ambos do Município, um é um Órgão Deliberativo e outro é um Órgão Executivo, mas entendo que alguns, por desconsideração, entendem continuar a fazê-lo desta forma, são livres de o fazerem, podem continuar a fazê-lo, nós também não contamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

com o apoio dessas pessoas que têm esse tipo de atitude, portanto, fica esta nota de consideração, quando é no cumprimento desconhecem a pessoa, quando é para fazer a crítica já lhe dirigem, fica esta nota, aqui, para memória futura, porque eu não gosto de deixar de dizer aquilo que penso em cada momento. -----

Queria, então, primeiro, começar por saudar a presença do senhor membro desta Assembleia Municipal, António Carmona Rodrigues, do PSD, agradecer o contributo e a reflexão que fez sobre duas questões críticas, críticas para o Mundo, críticas para a Europa e críticas, necessariamente, para o País e para este Concelho, que tem a ver com as questões da água, questões da seca e questões dos incêndios que estão intimamente ligadas. -----

Todos nós já percebemos que, afinal, tudo o que acontece em qualquer parte do mundo tem relevância em todo o território mundial e, portanto, nós sabemos que muitas das práticas que têm acontecido, práticas coletivas das grandes empresas, da forma como o mundo, como a sociedade se organiza e também, necessariamente, da forma como nós lidamos com o ambiente e com o território tem estas consequências, nós, hoje, percebemos que questões que têm a ver com seca e a seca tem a ver não só com a falta de água mas, também, a forma como nós utilizamos a água e as questões relacionadas com os incêndios também têm a ver com a forma como nós nos relacionamos com o território, como nós ocupamos o espaço, como lhe damos as funções, portanto, nós sabemos que, hoje, os incêndios resultam não só da circunstância de, porventura, haver menos humidade e mais seca, mas, também, pela menor presença humana no território e pela circunstância das atividades no território não terem uma atitude preventiva relativamente aos incêndios rurais. Portanto, agradecer os contributos que aqui foram feitos, dizer que é matéria que nós acompanhamos e sobre a qual refletimos muito e temos um conjunto de propostas. Eu vou já aproveitar para enunciar algumas, mas dizer, claramente, que serão todas insuficientes, porque ainda que o Município e o Governo através dos Ministérios competentes possam querer ter ações de incentivo, quer ações pedagógicas, quer ações corretivas, e algumas delas até sancionatórias, a verdade é que é uma matéria que depende da vontade de todos, dos cidadãos, das empresas, das entidades públicas, enfim, é de facto algo que só com a vontade de todos, eu não sei se mesmo com a vontade de todos, nós conseguiremos reverter a situação em que nós estamos. Porque nós sabemos que os grandes contaminadores e promotores desta nossa situação não querem fazer a inversão, estou a falar em termos mundiais, designadamente da China, da Índia, dos Estados Unidos, mesmo que a Europa no seu conjunto queira que todos nós estejamos alinhados não é suficiente, porque o contributo é manifestamente insuficiente. Como sabem, só a produção de dióxido de carbono dos Estados Unidos, da China e da Índia são mais que três quartos daquilo que é a produção mundial. Portanto, é algo que nós temos que ter essa noção, sendo certo, que isso não nos deve inibir, até nos deve incentivar a sermos cada vez mais proativos e sermos mais amigos do ambiente na nossa relação diária, toda a nossa relação diária, passando pela relação que temos com o território, da forma como utilizamos a água, da forma como nós racionalizamos os bens que estão à nossa disposição e, também, da forma como nós valorizamos ou não os nossos desperdícios. Agora, focando-me particularmente nalgumas considerações que foram feitas, dizer que, de facto, este ano, foi mais um ano em que os incêndios assolaram o País e assolaram o Município de Chaves, de facto, tivemos um incêndio de uma dimensão muito considerável que só no Concelho de Chaves arderam 3.223 (três mil duzentos e vinte e três) hectares. É verdade que no seu conjunto e envolvendo os concelhos vizinhos e, inclusivamente, também os vizinhos Galegos, terá atingido uma área superior a seis mil hectares, é verdade que provocou um conjunto de danos que estão devidamente quantificados e identificados, quer no que diz respeito à área propriamente florestal identificada por Freguesia, mas, também, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

termos de edificado, desde culturas temporárias, a vinhas, a pomares, a culturas associadas ao olival, a agricultura em espaços naturais, a viveiros, enfim, temos essa identificação, foi feito esse trabalho, reportámo-lo para quem de direito, que é o Governo, e na sequência disso, como sabem, foram tomadas algumas decisões, algumas dessas decisões apenas atenuaram o dano que foi provocado, estou a reportar-me, apenas, ao dano económico não ao dano ambiental. Como sabem, saíram duas Portarias, uma delas diz respeito ao apoio à alimentação do gado que visou apoiar a aquisição de alimento para espécies bovinas, ovinas e caprinas e mais recentemente, já no final deste mês, penso que foi no dia vinte e dois de setembro, saiu mais um Despacho com uma dotação de trinta milhões de euros que permite, que em determinadas condições, alguns dos afetados possam ter apoios reembolsáveis, alguns a 100% (cem por cento), outros com taxas menores e estão incluídas, nesse âmbito, um conjunto de Freguesias do nosso Concelho que foram aquelas que foram mais afetadas. Portanto, vão poder aceder e beneficiar desses apoios os próprios afetados, estou a falar dos proprietários que foram afetados nas Freguesias de Bustelo, Ervededo, Lama de Arcos, Mairos, Outeiro Seco, Vilarelho da Raia e Vilela Seca. Dir-me-ão que são medidas que não são suficientes! Não são suficientes, naturalmente que não, são apenas mitigadoras, de qualquer das formas, são o apoio que existe e que está disponível para esses afetados. Agora, claro está, que os incêndios têm também impactos ambientais muito importantes, impactos ambientais relativamente aos quais houve já algumas ações de estabilização e contenção para evitar que houvesse desabamento de terras que possam contaminar linhas de água e essas ações já foram feitas com a colaboração dos Sapadores Florestais, quer do Município, quer da CIM, numa ação integrada e coordenada pelo ICNF. No entanto, é verdade que há um conjunto de umas outras intervenções fundamentais que é importante levar a efeito para que haja uma revitalização e uma recuperação de uma parte significativa do nosso território, porque nós sabemos que 41% (quarenta e um por cento) da nossa área é florestal, 24.367 (vinte e quatro mil trezentos e sessenta e sete) hectares são área florestal do nosso Concelho e, portanto, há naturalmente um trabalho importante a fazer mas, também, dizendo que, de facto, a primeira responsabilidade nesta matéria é do Estado e depois é dos proprietários. Porque, como sabem, a propriedade no nosso Concelho é quase exclusivamente privada e estou a falar também dos baldios, porque os baldios são propriedade privada. Depois, dizer, que quanto à sugestão, neste contexto, de podermos encontrar novas fontes de energia e energia renovável, designadamente através da produção de energia de biomassa, tem sido um tema muito debatido no âmbito da CIM, há cerca de 4 (quatro) ou 5 (cinco) anos, houve algumas iniciativas, alguns estudos e algumas diligências, particularmente, por parte dos concelhos que têm um parque florestal mais intenso, estou a falar de Ribeira de Pena, de Vila Pouca de Aguiar e de Boticas que têm no seu conjunto uma zona florestal, sobretudo de pinheiro, muitíssimo intensa. E a verdade, é que todas essas diligências, levaram à conclusão, que neste momento, nas condições atuais, é insustentável sob o ponto de vista económico/ financeiro. Foram feitos alguns estudos e, de facto, leva-nos a concluir, que neste preciso momento, pese, embora, alguns avisos que existiram e que possam, eventualmente, no futuro, serem melhoradas as condições, porventura, estaremos a falar de uma outra fonte de energia que poderá ser equacionada. Neste momento, essa reflexão foi feita, e no contexto daquilo que é a empresa municipal que tem responsabilidade pela gestão de alguns recursos e produção de energia hidráulica e de energia eólica, a reflexão e o estudo que está a ser feito, é, por um lado, reforçar a capacidade de produção de energia complementando o hidráulico com o solar para que possa, eventualmente, maximizando a produção de energia elétrica a partir do hidráulico e, ao mesmo tempo, também reforçar, se possível, aquilo que é a produção de energia eólica e, de facto, são estes os trabalhos e as iniciativas técnicas que estão a ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

desenvolvidas, por outro lado, está a ser feito um estudo no sentido de perceber se é possível constituir, como já tinha partilhado com esta Assembleia em sessões anteriores, uma comunidade energética que era aquilo que nós gostaríamos, no sentido de que a energia que é produzida pela EHATB, pudesse ser localmente consumível. Neste momento, não temos ainda a certeza, porque a Direção Geral de Energia e Geologia não nos deu ainda uma opinião definitiva sobre a legalidade da possibilidade de sermos produtores e, ao mesmo tempo, distribuidores de energia em baixa e, por isso, é algo que ainda está em cima da mesa, está a ser estudado. Depois da avaliação da legalidade desta atividade teríamos que passar para estudos económicos de sustentabilidade desta atividade. Portanto, é por aí que estamos a trabalhar de forma intensa na EHATB, e não tanto na biomassa, porque entendemos que, neste momento, a rentabilidade não é suficiente e, por outro lado, também, a valorização daquilo que são os resíduos florestais não permite remunerar adequadamente os produtores, designadamente os produtores florestais, porque, de facto, o valor por tonelada é, na nossa perspetiva, baixo, e é consumido, no essencial, pelo transporte. -----

Depois, dizer, também que neste contexto da energia, e é do conhecimento de todos, que o Município de Chaves tem feito um esforço importante, por um lado, tem um projeto pioneiro em Portugal Continental no que diz respeito à produção de energia com base na geotermia, é um projeto que está numa fase de conclusão, como sabem, vai permitir produzir 4 (quatro) Megawatts. É verdade que numa primeira fase e numa fase ainda experimental e de acompanhamento no sentido de garantir que o nosso recurso não é prejudicado vai, sobretudo, fornecer energia aos grandes equipamentos ou edifícios que carecem de muita energia, mas, depois, existe a expectativa de que isso possa ser, eventualmente, estendido se não comprometer o recurso. É nossa expectativa que até ao final deste ano nós tenhamos não só a rede concretizada e concluída, mas, também, as ligações feitas aos cerca de 20 (vinte) edifícios que se associam àqueles que já existem, penso que já são 4 (quatro). Também, ao mesmo tempo, como sabem, o Município de Chaves foi um dos 10 (dez) municípios do País que viu uma candidatura de 11 (onze) milhões de euros aprovada no PRR e, nesse contexto, vamos poder instalar no Parque Empresarial um parque solar que vai permitir produzir 4 (quatro) Megawatts de energia. Portanto, na minha perspetiva, são boas notícias e, sem falsas modéstias, penso que o Município de Chaves está na linha da frente no que diz respeito à produção de energia de fontes renováveis, seja naquilo que tem a ver com a participação na EHATB, eólica e hidráulica, seja no que diga respeito à parte mais municipal, ou seja, geotermia e solar. Portanto, quer-me parecer que temos que melhorar, incrementar e estar sempre atentos a novas possibilidades, sendo certo, que nos parece que é importante que façamos investimento naquilo que possa ter maior retorno de imediato. -----

Quanto à seca, ela é manifesta, ela é evidente, foi sentida por um número significativo de nossos concidadãos no Concelho de Chaves, terá afetado cerca de 5 (cinco) mil pessoas, fez com que o Município tivesse, para além daquilo que são as medidas que eu tive a oportunidade de detalhar aqui relacionadas com os dois projetos de eficiência hídrica que temos neste momento em execução, para além das medidas que nós tomamos de cariz infraestrutural, sempre que há uma intervenção fazemos a substituição da rede, da rede de abastecimento de água e, também, em muitos casos, da própria rede de saneamento urbano e isso, naturalmente, contribui no seu conjunto para a redução das perdas. Dizer que os 50% (cinquenta por cento), já estão atingidos, portanto, nós já passamos de 70% (setenta por cento), para 50% (cinquenta por cento), mas, o nosso objetivo é mais ambicioso, é podermos chegar aos 25% (vinte e cinco por cento), ou aos 24% (vinte e quatro por cento). É verdade que, mesmo isso, não nos situará nas melhores práticas do País, que andam nos 19% (dezanove por cento), 18% (dezoito por cento) ou nos 17% (dezassete por cento), de qualquer das formas, é um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

objetivo que queremos prosseguir, queremos abandonar aquilo que foram anos e anos de descuido, anos e anos de ineficiência que nos trouxeram até aqui, por um lado, consumiram recursos inexistentes no Município que fizeram com que nós pagássemos mais de três milhões de euros de dívida às Águas do Norte por causa da falta de pagamento atempado da água que o Município comprava em alta e também não se faziam os investimentos necessários na rede evitando as perdas de água, isso traduzia-se na ineficiência do sistema. Portanto, quisemos abandonar essas práticas, abandonámo-las. É verdade que, de vez em quando, ainda verificamos situações dessas, por exemplo, a avenida do Estádio está sistematicamente a ter roturas e foi uma obra feita em 2017 (dois mil e dezassete) pelo anterior Executivo Municipal que não cuidou de substituir a rede, é prática que nós abandonámos, fizemos e fazemos isso de forma sistemática, sempre que nós identificamos uma carência, não avançamos com nenhuma intervenção sem antes avaliar se as infraestruturas subterrâneas estão ou não estão em boas condições, fizemos isso, por exemplo, em Vidago, partilhei com os membros desta Assembleia a suspensão da obra durante 1 (um) ano para podermos fazer a rede de água, a rede de água está executada e o pavimento está executado, portanto, hoje já se pode ir de Vidago a Arcossó numa estrada nova, mas não só numa estrada nova, também com infraestruturas de água substituídas de forma integral. ----- Mas queria dizer ainda mais sobre a água, para além desses projetos de eficiência hídrica que nós temos, que certamente nos conduziram a menores perdas, há também que adotar novas soluções e novas práticas, quer pela entidade gestora, e a entidade gestora são os Municípios e são as Freguesias e devo dizer que nesta matéria, quer o Município, quer as Freguesias que exercem uma competência delegada pelo Município, são aquelas que fornecem em baixa a água aos seus concidadãos, devem prosseguir um caminho de sustentabilidade e de boas práticas, e para isso, é fundamental que para além destas medidas mais de cariz infraestrutural, como a substituição da rede, vamos introduzindo mecanismos de seccionamento da mesma, introduzindo mecanismos de estabilização da pressão, vamos também introduzindo mecanismos de monitorização dos consumos de água que nos permitam perceber, em cada momento, qual é a demanda da água, ao mesmo tempo, era importante que as medidas que nós adotámos para o período de seca, e fizemo-lo logo no princípio, foram feitas um conjunto de medidas que visavam, sobretudo, garantir a disponibilidade da água para consumo humano a todos os cidadãos do nosso Concelho. Portanto, muito cedo nós identificámos três tipos de situações: identificámos sistemas em que não haveria a expectativa ou risco de haver uma interrupção ou problemas no abastecimento de água, nesses casos concretos, nós identificámos um conjunto de medidas e posso dar exemplo aqui de algumas: desligar as fontes ornamentais durante o período de seca severa, caso não funcionem em circuito fechado, redução do tempo de rega nos espaços públicos e que a mesma seja feita em horários apropriados, horas de menor calor, vigilância contínua dos sistemas de rega de zonas verdes, atuando de forma rápida nas situações de funcionamento anómalo, fecho de fontanários e similares, sensibilização à população para a necessidade de evitar o enchimento de piscinas, lavagem de viaturas e logradouros, bem como, a necessidade de efetuar regas nos jardins nas horas de menor calor, adoção de medidas de redução de lavagem de ruas, instalação de redutor de caudal em área de diversos edifícios municipais que permite uma poupança aproximada de 36% (trinta e seis por cento) de consumo de água, instalação de fluxómetros nos chuveiros em diversos edifícios municipais e da empresa municipal que permite uma redução de 64% (sessenta e quatro por cento) em relação aos chuveiros existentes, redução das lavagens de viaturas camarárias e das viaturas da empresa de gestão de equipamentos municipais. ----- Nas situações em que existiam à data, e estamos a falar do mês de junho, indícios de que a curto prazo poderia haver uma situação de carência, ou de indisponibilidade, ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

de interrupção de água, as medidas tomadas foram: fecho da distribuição da água durante a noite nas situações mais críticas, redução de pressão da rede de distribuição, desaconselhamento da lavagem de ruas e pavimento, redução do tempo de regas em espaços verdes, para os tempos estritamente necessário para a sobrevivência das plantas, limitações severas ao fornecimento de água para usos não essenciais como seja enchimento de piscinas particulares, rega de jardins, lavagem de viaturas, lavagem de ruas, desligamento de fontes ornamentais durante o período de seca. No que diz respeito às situações mais críticas àquelas em que nós já tínhamos a informação de que, efetivamente, haveria e já existiam situações de indisponibilidade ou interrupção no fornecimento de água as medidas que foram preconizadas foram: fecho de distribuição durante a noite e em períodos de dia a convencionar, redução da pressão nos sistemas, também na rega, limitações severas e aqui foram severas na interdição ao fornecimento de água para usos não essenciais, como seja o enchimento de piscinas particulares, regas de jardins, lavagem de viaturas, lavagem de ruas, reforço da fiscalização com vista à identificação de usos indevidos da água da rede pública, estabelecer limites de consumo nos diferentes tipos de consumidores, valores de referência. -----

Portanto, para além disso, foram feitos um conjunto de iniciativas de comunicação em papel e digitais no sentido de alertar e sensibilizar as pessoas para a necessidade de uma utilização mais parcimoniosa da água. Portanto, todas essas medidas foram implementadas, umas de carácter estrutural e algumas de carácter apenas conjuntural. Dizer, também, que relativamente a esta matéria, o compromisso eleitoral que assumimos de 10% (dez por cento) de redução, a verdade é que pode sofrer ajustamento. Nós sabemos que a realidade é dinâmica e a situação que nós vivíamos em 2019 (dois mil e dezanove), 2020 (dois mil e vinte) e 2021 (dois mil e vinte e um), alterou-se. Portanto, o mundo alterou-se, as necessidades alteraram-se, e também nós temos que tomar decisões que possam acompanhar as alterações dos respetivos pressupostos e, portanto, nessa medida, apesar de nos últimos anos, como sabem, tomámos algumas decisões que implicaram um menor custo para os bolsos dos Flavienses, designadamente, nunca aumentando o preço da água incorporando no preço final da tarifa aquilo que eram os custos relacionados com as taxas que nos foram impostas pela ERSAR, que são impostas, quer ao abastecimento de água, quer ao tratamento de águas residuais, e ao mesmo tempo, também durante o período da pandemia fizemos um conjunto de medidas de redução do preço da água. -----

Quanto à questão concreta e à interpelação que fez e depois de muitos rodeios se concordava ou não com aquilo que foi dito pelo senhor Ministro do Ambiente, tive oportunidade de me pronunciar publicamente, quer para a Antena 1, quer para outros órgãos de comunicação social, e o que nós dissemos, é que, naquele contexto, o que nós precisávamos era de propostas concretas e imediatas que garantissem o abastecimento de água à população e, neste contexto, o que nós fizemos, foi garantir que tínhamos o sistema em funcionamento, e com a colaboração prestimosa das 3 (três) corporações de bombeiros efetuámos o abastecimento de água às 49 (quarenta e nove) localidades que careceram de água e, portanto, nós montámos uma estrutura que garantiu que todas essas localidades tinham abastecimento de água, esse transporte de água foi feito com recurso a camiões cisterna: 3 (três) ou 4 (quatro) das corporações humanitárias dos bombeiros voluntários que existem no concelho, mas, também, através de um processo de colaboração com a Associação de Freguesias que permitiu disponibilizar mais um camião cisterna para que nós pudéssemos efetuar esses transportes. -----

Foram 649 (seiscentos e quarenta e nove) abastecimentos de água que nós realizámos, transportámos em litros, 8 250 000 (oito milhões duzentos e cinquenta mil litros), em metros cúbicos, 8 250 (oito mil duzentos e cinquenta metros cúbicos), fizemos esse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

transporte para um conjunto muito alargado de freguesias. Esse transporte foi feito pelas associações humanitárias dos bombeiros, o custo da água em termos do Município é de cerca de 5000€ (cinco mil euros), é verdade que o custo do transporte é substancialmente maior. De qualquer das formas, dizer que foi feito com a colaboração e o compromisso das corporações de bombeiros e, nesse contexto, devo reconhecer aquilo que foi um papel fundamental destas associações humanitárias. É verdade que o Município através do contrato-programa, remunera essas associações por essa perda, ou melhor, por esse gasto associado. De qualquer das formas, dizer que foram as medidas que nós fizemos. -----

Quanto à questão concreta do incremento da tarifa o que nós dissemos, é que nós poderíamos estar disponíveis para olhar para os escalões mais altos dos 15 (quinze) ou 25 (vinte e cinco) metros cúbicos por mês. E, neste contexto, dizer que os grandes consumidores têm que ter um desincentivo para o consumo da água, sempre e quando, tenham soluções alternativas para poder fazer o aproveitamento da água ou, nos próprios sistemas, terem captações autónomas para as situações em que não precisam da água tratada. Portanto, foi isso que nós fizemos, foi isso o que nós dissemos e traremos ainda este ano, presumivelmente no mês de dezembro para conhecimento a esta Assembleia Municipal, o tarifário que nós proporemos à ERSAR, quer para a água, quer para o saneamento, quer para os resíduos sólidos urbanos para o próximo ano. -- Depois, registar a intervenção da membro desta Assembleia, Melissa Lopes, do PS, penso que essa perceção foi uma perceção sentida por todos, enfim, por todas as pessoas, ou por um grande número de pessoas da cidade, o que foi sentido, foi um ano absolutamente excecional eu atrevia-me a dizer mais do que disse o membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, não foi um ano positivo, foi um ano excecional, sei que os qualificativos às vezes nem sempre traduzem o que queremos expressar, na nossa perspetiva, foi um ano excecional, posso dizer que foi o melhor ano de sempre, pelo menos, que eu me recorde, em termos turísticos, em termos de restauração e em termos de visitas, posso dizer-lhe, por exemplo, que só o Museu das Termas Romanas, no mês de agosto, teve 19 000 (dezanove mil) visitas. Portanto, diz bem do bulício, da interação, da presença que Chaves teve. -----

Dizer que, de facto, foi um ano, na nossa perspetiva absolutamente excecional, registar isso e dizer também que não devemos ter esse ano como referência, comparando-o para o futuro, porque, verdadeiramente, nós saímos de um processo de dois anos pandemia, isso terá naturalmente contribuído para que, efetivamente, todos nós tenhamos uma vontade enorme de sair, de interagir, de nos relacionar e de conviver. É importante que nós percebamos e tenhamos a consciência que 2022 (dois mil e vinte e dois) não deve ser um ano de referência. Portanto, temos que olhar para isso desta forma realística, sem falsas expectativas para o futuro. Dizer que registamos com agrado, se em 2004 (dois mil e quatro), nós perdemos o Ensino Superior Público e a gestão autárquica era do PSD, em 2022 (dois mil e vinte e dois), com o PS reganhámos o Ensino Superior Público, é um bom sinal, é um sinal de que o Governo e as Instituições do Ensino Superior acreditam em Chaves e acreditam no Alto Tâmega, esta decisão de criar no Alto Tâmega com instanciação em Chaves da Escola Superior de Hotelaria e Bem Estar é um sinal positivo, é um sinal de confiança, que acreditam efetivamente que este território tem um potencial de crescimento e de afirmação e por isso é que foi aqui estanciada essa escola, também é um sinal de confiança e de expectativa positiva a circunstância de ter sido aprovado o financiamento de uma residência universitária para 120 (cento e vinte) alunos, também é um sinal importante, não apenas o sinal em si mesmo, é o que isso representa de expectativa e de confiança para o futuro e aquilo que pode alimentar o processo de afirmação do Ensino Superior Público em Chaves, eu diria mais, no Alto Tâmega, porque é um projeto do Alto Tâmega. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Dizer que, também nesse contexto, vimos com muito apreço a circunstância de ser criado um curso, ou melhor, uma licenciatura, neste caso em fisioterapia. Como sabem, é uma área com muita demanda e com muita empregabilidade e, portanto, perceber que, de facto, foi um curso criado e apesar de que venha a funcionar em instalações precárias e provisórias que o Município de Chaves cedeu ou cederá, é, de facto, muito entusiasmante para o futuro. Ontem estive na abertura do ano escolar da Escola Superior de Saúde, sim! Escola Superior de Saúde, lembrem-se que há muitos anos, havia umas placas distribuídas pela cidade em que se falava da Escola Superior de Saúde? Ela nunca existiu, verdadeiramente só existiu este ano, finalmente, temos em Chaves a Escola Superior de Saúde, formalmente criada, existe, esperemos que permita acomodar não só uma licenciatura em enfermagem que tem mais uma vez todas as vagas preenchidas. Tive o prazer de ter estado ontem no ano de arranque com a senhora Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, Doutora Ana Jorge, também com a Presidente da Cruz Vermelha da Galiza e, de facto, foi um momento importante pela presença e porque os números que foram apresentados, a Escola Superior de Saúde tem hoje 323 (trezentos e vinte e três) alunos, é, de facto, na nossa perspetiva, um bom sinal, é uma boa perspetiva e, portanto, é também um registo interessante para o futuro, que nos acalenta, que nos entusiasma e que nos dá alento para continuar a trabalhar em prol do nosso Concelho e em prol deste nosso território. -----

Depois quanto à intervenção do senhor membro desta Assembleia Municipal, Carlos Gouveia, do PSD, dizer que o empréstimo não veio à Assembleia Municipal, não tem que vir, é verdade que não veio à Assembleia Municipal, foi aprovado na Assembleia Municipal, sabemo-lo todos, com todas as considerações feitas por si, que foram muitas, mas que afinal foi visado pelo Tribunal de Contas e já está neste, momento, perfeitamente utilizado, foram saldados todos os créditos com outras entidades que tinham com o Município, neste momento, já temos a situação estabilizada e, portanto, isso é um bom sinal e uma boa notícia. Também há uma boa notícia que eu queria dar, é que olhando para o passado, nós, até à data de hoje, setembro de 2022 (dois mil e dois), registámos apenas como encargo com juros 114 (cento e catorze) mil euros, é um bom sinal, é verdade, e todos sabemos, que no futuro não será assim, por aquilo que é o contexto nacional e internacional das taxas de juro, de qualquer das formas, foise fazendo este trabalho que nos permitirá acomodar aquilo que serão literalmente encargos futuros. Dizer que o processo está fechado, está concretizado, a boa notícia é que no passado a informação que nós disponibilizámos à Assembleia Municipal, quer no que diz respeito aos empréstimos, quer no que diz respeito ao contencioso eram três folhas e hoje é apenas uma folha A4. -----

Quanto à intervenção do senhor membro da Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, dizer que quanto à questão das alterações climáticas e às considerações que fez, em muitas delas estamos integralmente de acordo, não temos sobre isso nenhuma divergência. Dizer que, efetivamente, este é um processo que afeta a todos no território, as pessoas, os animais, e a verdade é que é um processo que é global, também é um processo global o da guerra e, portanto, temos que estar todos atentos, vigilantes, e na justa medida da nossa capacidade podemos ser atuantes, interventivos na nossa justa medida que é, enfim, no contexto global muito limitada. Quanto às questões das funções sociais entendo que, quer o Estado, quer o Município têm feito um papel muitíssimo importante nesta matéria, se reparar para o nosso Orçamento uma parte substancial da nossa despesa é da área social, não sei de cor mas, se calhar, quase 50% (cinquenta por cento) é da área social e a área social naturalmente, envolve investimento e envolve apoios diretos, mas também envolve a educação, portanto, é um valor muito significativo, teremos oportunidade depois, em momento oportuno, verificar isso, em como nós estamos, de facto, atentos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Quanto à questão do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, apesar de me interpelar sobre isso, a única coisa que posso fazer é alertar, preocupar-me, manifestar, na nossa perspetiva, aquilo que é a preocupação pela circunstância do Conselho de Administração estar em exercício de funções e não estar ainda integralmente constituído, não ter ainda direção clínica, essa é uma preocupação, é verdade, acompanhamos também a circunstância da Diretora Clínica ser designada para o Hospital de Braga, temos dado nota, quer à Presidente do Conselho de Administração em exercício, quer à então Ministra. Como sabem, a equipa ministerial foi há muito pouco tempo alterada, esperamos que com a alteração da equipa ministerial, com a instalação deste novo serviço que vai gerir o SNS, esperamos todos que, de facto, esta questão deste vazio possa ser resolvida, melhor, possa ser bem resolvida. O processo e o caminho que tem sido desenvolvido nos últimos anos, possa não só ser mantido, mas também possa ser incrementado, é nossa expectativa, fizemo-lo no passado, havemos de fazê-lo no futuro, teremos é que dar algum tempo para que o novo Ministro da Saúde possa ter a oportunidade de conhecer os dossiers, para que, a seguir, possamos também com ele suscitar algumas questões de preocupação sobre as questões de saúde, sobretudo de saúde, não tanto de doença, mas de saúde no nosso Concelho nas dimensões todas, na dimensão dos cuidados primários, dos cuidados hospitalares e, porventura, também nos cuidados continuados. -----

Relativamente à água, os 50% (cinquenta por cento) do desperdício é sensivelmente o valor em que nos encontramos, 40 (quarenta), 49 (quarenta e nove), 50 (cinquenta), às vezes 51 (cinquenta e um), portanto, é um objetivo que é um objetivo intermédio, foi conseguido com sucesso, esperamos que o objetivo final ande nos 23 (vinte e três), 24 (vinte e quatro), possa efetivamente vir a ser concretizado isso é muito, muito fundamental. -----

Depois, no que respeita aos incêndios, como sabem, o papel dos municípios na questão dos incêndios e naquilo que são as medidas de prevenção de incêndios rurais, são de âmbito muito limitado. Primeiro, porque a propriedade é propriedade privada, depois, porque as competências nesta matéria são em grande medida do ICNF, mas, ainda assim, naquilo que tem sido a nossa competência no que diz respeito à intervenção quer na rede primária, quer na rede secundária, temos procurado cumprir as nossas obrigações, temos também procurado, no que diz respeito a isso, designadamente através de um projeto da Iberdrola, fazer plantação de milhares de árvores autóctones, creio que mais 200 (duzentas) mil árvores foram plantadas, sobretudo, na envoltória daquilo que era a barragem do Alto Tâmega e dizer que esperamos que os complexos de barragens do Alto Tâmega também ajudem o País a tornar-se efetivamente mais autónomo sob o ponto de vista energético. Porque, como sabem, pode representar uma produção de 6% (seis por cento) da demanda nacional em termos de energia. -----

Depois, sobre as terras abandonadas, são um pouco o reflexo do nosso modelo de organização social e da circunstância de, hoje, no Concelho termos menos de 5% (cinco por cento) das pessoas na agricultura. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU, disse: -----

Defesa da Honra -----

Vinha chamar à atenção para uma série de aspetos: -----

Primeiro, sempre a CDU, que eu me recorde, desde que eu cá estou e já sou dos mais antigos, estou cá há mais de 20 (vinte) anos, se dirigiu à Assembleia da mesma forma. Segundo, não conheço nada no Regimento que obrigue a que se dirija ao Presidente da Câmara de uma forma distinta, não o englobando no cumprimento ao Presidente da Assembleia, nem sequer sei se isso é obrigatório? Mas fazer nele a generalização do cumprimento; Terceiro, eu gostava que também analisassem um aspeto, eu até vou desarmar o senhor Presidente da Câmara, vou passar a cumprimentar o Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Câmara, mas pedia-lhe que o senhor Presidente reduzisse o ridículo de fazer 30 (trinta) intervenções numa Assembleia e cumprimentar nas 30 (trinta) intervenções toda a gente, desculpem, isto é um absurdo, eu admito e, portanto, para o desarmar eu passo a cumprimentar o senhor Presidente da Câmara, recordando-lhe, no entanto, que nunca antes nós fizemos de maneira diferente e, que não tem nada a ver com desrespeito, nem institucional, muito menos pessoal. Mas eu vou passar a cumprimentá-lo e pedia-lhe que refletisse se é preciso em todas as suas intervenções que cumprimente todos os presentes, cumprimentos esses, com os quais gastamos muito tempo que o senhor Presidente tem, porque não tem controlo nenhum, e que a CDU tem. É só para isso ficar esclarecido e desarmar completamente qualquer ideia de pessoalização. -----

Usou da palavra, o senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, para efetuar um pequeno esclarecimento à intervenção do senhor membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU. -----

Dirijo democraticamente da sua opinião. -----

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhor Secretário, senhora Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhores membros desta Assembleia e demais presentes. Eu penso que em qualquer entidade se cumprimenta sempre que se intervém, pelo menos, eu aprendi assim e vou manter-me nesse registo. E dizer mais, até me estranha que seja o PCP que é tão ortodoxo nas suas estruturas, na sua forma de funcionamento, na forma como se organiza a não perceber isto. E bastava que lê-se a Lei nº75 para perceber uma coisa muito simples que é: Câmara Municipal e Assembleia Municipal, são dois órgãos distintos, absolutamente distintos, com competências distintas, que pertencem ao mesmo ente que se chama Município. E, portanto, não percebo essa consideração e, na minha perspetiva, não faz absolutamente sentido nenhum, aquilo que vai passar a fazer, é aquilo que já devia ter feito sempre, aliás, porque da mesma forma me dirijo sempre aos membros desta Assembleia Municipal, sempre, é uma questão de respeito e de consideração, porque, na minha perspetiva, sempre que me dirijo a alguém devo cumprimentá-lo, é uma questão de educação, dirijo de si democraticamente e vou continuar a fazê-lo assim. Obrigado. -----

António José dos Santos, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a senhora Secretária, o senhor Secretário, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, membros eleitos desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, equipa de apoio a esta Assembleia e público em geral. -----

Começou há poucos dias o ano letivo 2022/2023 (dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três), e começou com alguns pequenos constrangimentos. Todos os anos se verificam alguns constrangimentos, este ano, não fugiu à regra. Refiro-me concretamente ao recrutamento dos professores para as Atividades de Enriquecimento Curricular, que no fundo causa algum transtorno às famílias, aos pais e aos encarregados de educação.

Gostaria de saber o que é que aconteceu? O que é que está a acontecer? E quando é que se espera resolver este problema, ou seja, da colocação dos professores? Não sei se o Município teve algum problema no recrutamento? Gostava que o senhor Presidente desse essa justificação e nos dissesse exatamente o que é que aconteceu, penso que é um problema que brevemente será resolvido. Portanto, é um constrangimento, mas espero que brevemente se resolva. -----

Depois, gostaria que fizesse o ponto de situação do arranque do ano letivo e se realmente há outros problemas. Desconheço, mas, porventura, poderá haver alguns constrangimentos, gostaria de saber se está tudo bem ou se realmente existe algum



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

problema? Sei que decorrem algumas obras de beneficiação das escolas, compreendo essa situação, no entanto, há uma situação que, penso eu, poderia ter sido resolvida de outra forma. Os alunos que foram transferidos da Escola EB1 de Casas dos Montes, para a EB2,3 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, poder-se-ia ter evitado esta situação. Penso que poderiam ter estado no local onde estavam anteriormente, e depois de concluídas as obras na EB2,3 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, é que mudariam de edifício. Não sei se já estará a ser intervencionada a antiga Escola EB1 de Casas dos Montes, se fosse possível e estando ainda fechada e que ainda não haja obras, era normal que os alunos continuassem aí e depois das obras iniciadas, mudariam, não causava transtorno nem às crianças, nem à própria organização, nem ao desenvolvimento das obras. -----

Para finalizar, gostava de fazer um pedido, se é possível, às vezes, em certas reuniões, ouço que as escolas se debatem com alguns constrangimentos, nomeadamente com atividades propostas pela Câmara Municipal. Isto é, ao longo do ano, a Câmara Municipal proporciona aos Agrupamentos algumas atividades que são sempre bem-vindas, às vezes não são muito oportunas, mas são sempre bem-vindas, é um enriquecimento para todos. Se fosse possível, dentro de pouco tempo, fazer chegar às escolas uma planificação de algumas das atividades para se articular com o Plano Anual de Atividades dos próprios Agrupamentos, isso seria interessante para todos. Portanto, é um apelo que eu faço, se possível que envie para os Agrupamentos um plano, claro que é provisório, pois há sempre atividades novas que vêm e devem ser acatadas e aceites por todos, isso é bom, mas dentro daquelas atividades que já sabemos de antemão que vamos realizar com os Agrupamentos, no-las fizessem chegar para que, depois, os Agrupamentos conseguirem efetuar esse cruzamento de atividades e que não causem certos transtornos, às vezes, ao longo do ano no desenvolvimento de algumas atividades. Muito obrigado. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: senhoras e senhores Deputados, antes de continuarmos com o Período Antes da Ordem do Dia, queria dizer que tenho de me ausentar por causa de assuntos inadiáveis que tenho que resolver. Desejo que esta Assembleia continue a decorrer na máxima elevação e que seja, de facto, muito produtiva, passo a Presidência da Mesa ao 1º Secretário da Mesa, **Anselmo José Martins**. Muito obrigado e muito bom dia. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Mesa em exercício, **Anselmo José Martins**, disse: -----

Muito bom dia a todos, a partir de agora presido à Mesa da Assembleia Municipal, é meu desejo que seja uma Assembleia participada e proveitosa, para completar a Mesa convido a senhora Deputada Municipal, Sónia Cristina Adães Ferreira, do PS, que assume as funções de 2º Secretário, a partir deste momento. -----

Vítor Carlos Teixeira Pimentel, pelo **CDS**, disse na sua intervenção: -----

Bom dia, senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, na sua pessoa cumprimento a restante Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais eleitos, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social, Flavienses aqui presentes e serviços de apoio a esta Assembleia. -----

Os incêndios florestais são um flagelo que assola as zonas rurais do País, durante o período de verão, devido ao aumento das temperaturas, à drástica redução da precipitação e por vezes de comportamentos de risco dos cidadãos. Este ano, de seca severa, não foi diferente, foi pior. O Concelho de Chaves foi atingido com forte intensidade, contando com milhares de hectares de floresta ardidos, grandes perdas materiais, projetos de vida arrasados. Neste contexto, e antes de introduzir o debate



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

político, e como já tive oportunidade de o fazer pessoalmente ao senhor Presidente, o nosso Grupo Municipal endereça a toda esta casa e endereça solidariedade a todos os envolvidos, também, sobretudo, às corporações de bombeiros, às forças de segurança e naturalmente às vítimas dos incêndios. -----

Segundo, o 5º (quinto) relatório provisório de incêndios rurais do ICNF, cujo período de análise vai de 1 (um) de janeiro até 30 (trinta) de agosto de 2022 (dois mil e vinte dois), o Município de Chaves teve uma área ardida de 4311 (quatro mil trezentos e onze) hectares, o que corresponde a 7,3% (sete, três por cento) da área total do Concelho. O Governo aprovou medidas no valor de 200 (duzentos) milhões de euros destinados aos Municípios que apanham a Serra da Estrela, alguns Concelhos do Distrito de Vila Real e também do Distrito de Aveiro com uma área ardida igual ou superior a 4500 (quatro mil e quinhentos hectares) ou a 10% (dez por cento) da respetiva área. De forma discriminatória, acabou por ser vedado a Chaves, por causa destas regras, aceder aos apoios extraordinários de resposta imediata destinados a ações de estabilização de emergência e ao apoio social e económico às populações, empresas e Municípios. Senhor Presidente, a questão que lhe coloco é: Que pressão será feita junto da tutela por forma a consciencializar o Governo desta injustiça e para inverter esta situação? --- Voltando, agora, ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, este Instituto informa no Plano Municipal da defesa da floresta contra incêndios de Chaves que está desatualizado desde 25 de novembro de 2021 (dois mil e vinte e um) ou seja, há quase 1 (um) ano. O Plano Municipal de Chaves, penso eu, e segundo dados que tenho, ainda é de 2ª (segunda) geração, baseado no Despacho de 2012 (dois mil e doze), enquanto, os atuais Planos de 3ª (terceira) geração estão subordinados ao Despacho nº 443-A, de 9 de janeiro de 2018 e ao Despacho nº1022-B de 2 de fevereiro de 2018. O PNDCFCI estabelece a estratégia de limpeza da floresta contra incêndios através da definição de medidas de planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades, definindo responsabilidades sobre a execução de redes de defesa da floresta. Senhor Presidente, há ideia ou há estratégia pensada para que Chaves possa vir a ter um Plano Municipal de Defesa da Floresta em vigor projetado para os desafios das alterações climáticas, protegendo os ecossistemas e valorizando a floresta como recurso económico? É a 2ª (segunda) questão que lhe coloco. Obrigado. -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo PSD, no uso da palavra, disse, -----
Muito bom dia, cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, em exercício, senhoras secretárias, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, público, flavienses, *staff* de apoio, muito bom dia, para todos. -----

Através de Despacho do Governo, e da Portaria nº126/2022 de 25 de março, foi criado o Centro Académico/Clínico de Trás-os-Montes e Alto Douro, com o nome de Professor Doutor Nuno Grande. O que é que é um Centro/Académico Clínico? O Centro Académico/Clínico de Trás-os-Montes e Alto Douro é, em primeiro lugar, um consórcio da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro com o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro e com todos os ACEs de Trás-os-Montes e Alto Douro, Douro 1 e Douro 2, resumindo, a Universidade, o Hospital e os Centros de Saúde. O que é que se pretende com a criação deste Centro? Pretende-se criar uma estrutura que assegure a prestação e melhore os cuidados de saúde que são prestados às populações desta região, para isso se define uma estratégia em 3 (três) áreas: o ensino, a investigação e a rede assistencial. Obviamente, que este decreto, define a estrutura e a organização desta Entidade, nomeadamente, o enquadramento, a visão e a missão, sobre isso tudo, poderemos depois falar se tivermos tempo, mas é para deixar claro que as populações e isto é uma área geográfica como conseguem ver no mapa de Portugal, ou seja, é todo o Alto Tâmega, e depois a zona do Douro, o que pretende, é que as populações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

beneficiem de elevados padrões de qualidade assistencial e que para isso se faça uma investigação local quer às necessidades concretas, quer às doenças que existem nesta região e que se envolva por um lado a Academia e por outro lado os prestadores, para que haja melhoria nos resultados e melhoria de ganhos em saúde. As parcerias que já existem, vão ser incorporadas nesta Organização. Esta estrutura vai trabalhar sobre a prevenção da doença, sobre simulação, automação, telemetria, medicina personalizada de precisão, cuidados continuados paliativos e zoonoses, dada a circunstância de falta de tempo, não falarei sobre estas áreas, embora, fosse um aspeto extraordinariamente importante que todos, dele, tomássemos conhecimento. Finalmente, deixo apenas uma preocupação que tem a ver com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar que está em gestão corrente, há mais de 6 (seis) meses e que está amputado de uma estrutura fundamental que é a Direção Clínica. Isto deve fazer com que o Alto Tâmega e nós também. O Município de Chaves e a Câmara de Chaves em 1º (primeiro) lugar se mantenha com um alto grau de vigilância em relação ao nosso hospital, porque, agora, que foi dotado de obras e de melhorias, não venha a ser amputado de meios e recursos humanos. Muito obrigado. -----

Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, pelo **PS**, no uso da palavra disse, -----
Muito bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, senhoras Secretárias, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, também as pessoas que dão apoio a esta Assembleia. -----
Quero começar por fazer um primeiro parêntese que é: Como nós precisamos de ter uma oposição forte, congratulo o PSD por já ter nova Comissão Política. Segundo parêntese, lembrar a todos uma pessoa que faleceu há pouco tempo, o senhor Padre Delmino Rodrigues Fontoura, que fez muito pela parte social no Concelho de Chaves. Terceiro parêntese, dizer que tenho dois filhos, um com 19 (dezanove) anos e uma com 12 (doze) anos e conheço bem as dificuldades do começo do ano escolar. Sobre o que se passou com o início do ano escolar, na minha ótica, são tudo falácias. Falácias, porquê? Porque a Câmara Municipal lançou um concurso que ficou deserto. Primeiro, a Câmara Municipal fez uma candidatura ao IEFP para 40 (quarenta) pessoas, ainda não conseguiu o IEFP ocupar as pessoas; Segundo, o transporte à hora de almoço entre as Casas dos Montes e a EB2,3 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, tem um custo de 120.00€ (cento e vinte euros), por aluno, por mês; terceiro, nas atividades extracurriculares a Câmara pagava 8.96€/hora (oito euros e noventa e seis cêntimos por hora), subiu mais 4.00€ (quatro euros); quarto, recebem todos os meses no dia 20 (vinte); quinto, a Escola EB1 de Casas dos Montes fechou, ainda estão lá alguns professores do Ensino Básico, (a minha mãe e o meu pai também são professores do Ensino Básico), que continuam lá a fazer outras atividades; sexto, com as AECs havia um contrato de 5 (cinco) horas, a Câmara Municipal passou para 8 (oito) horas, sétimo; a transferência de competências foi feita a 1 (um) de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois). Sobre o investimento que é feito sobre as obras, a Câmara não pode fazer nada, a Câmara só pode pagar a luz, o gás e a eletricidade. Portanto, na minha ótica, foi o ano em que começou melhor o ensino escolar em Chaves. Tenho dito. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Mesa, em exercício, **Anselmo José Martins**, disse: Aviso o senhor Deputado João Rodrigues, que estava inscrito para intervir, que o vosso Grupo Municipal esgotou o tempo, só há uma figura regimental que pode utilizar que é um pedido de esclarecimento. Tem algum pedido de esclarecimento a fazer? Se tem? Faça o pedido de esclarecimento, faça favor, use essa figura regimental. -----

Pedido de esclarecimento -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

João Luís Gonçalves Rodrigues, pelo **PSD**, no uso da palavra, disse: -----
Excelentíssimo senhor Presidente, em substituição, da Mesa da Assembleia Municipal, senhoras Secretárias, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, a todos os Partidos, à comunicação social e ao staff de apoio, pois é com ele que nós conseguimos trabalhar, uma vez que é necessário para nos dar o apoio eficaz e profícuo, como se está a demonstrar. Queria pedir ao senhor Presidente da Mesa, em exercício, se autoriza a que o Grupo Municipal do CHEGA me conceda o tempo que lhe está concedido, ou seja, 5 (cinco) minutos, se o senhor Presidente da Mesa, em exercício, me autorizar, eu utilizo tempo do Grupo Municipal do CHEGA, pode ser? -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Mesa, em exercício, **Anselmo José Martins**, disse. Faça favor. -----

João Luís Gonçalves Rodrigues, pelo **PSD**, ainda no uso da palavra disse: Muito obrigado. Penso que cumpro a Lei nº 75, nas saudações que fiz aos presentes. O que me traz aqui é um problema de saúde pública, como é do conhecimento do senhor Presidente, perfaz mais ou menos 40 (quarenta) anos que foi feito um ramal de saneamento vindo a nascente de Sanjurge, a levada, que hoje se chama Ribelas, um saneamento que tem mais ou menos 300 (trezentos) milímetros de diâmetro, ineficaz e que não satisfaz, neste momento, as necessidades das pessoas que moram quer a nascente, quer a jusante. Naquela altura, esse saneamento foi feito com o intuito de servir o Hospital, uma vez que o Hospital, na altura, não tinha rede de saneamento, depois seguiu para os empreendimentos, quer do lado esquerdo, quer do lado direito, se a memória não me falha, e se não é verdade, desculpem-me, e também a Casa Santa Marta que acolhe os acamados. Há uma série de habitações que estão a lançar para esse ramal de saneamento, que não suporta o caudal, pois tem um sistema ineficaz de descarga, principalmente quando chove, é preocupante. -----

Pediu a palavra, a senhora Deputada Municipal, **Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves**, do **PS**, para efetuar uma interpelação à Mesa. -----
Vou suscitar uma interpelação à Mesa, nada me move pessoalmente contra quem está a fazer a intervenção, mas gostava que refletissem todos um pouco sobre o seguinte: O Regimento não prevê a cedência de tempos. Quem está a intervir está a beneficiar de 5 (cinco) minutos, e volto a dizer que nada me move contra a sua intervenção muito menos contra a pessoa do senhor Deputado Municipal que está a intervir, mas, neste momento, tem 5 (cinco) minutos para fazer uma intervenção, quando salvo e com o devido respeito o Grupo Municipal do PSD deveria ter organizado devidamente as suas intervenções cumprindo o tempo que lhe é destinado. Mais, julgo que podemos ter aberto um precedente de que de hoje em diante o Grupo Municipal do PSD passe a beneficiar de 5 (cinco) minutos de intervenção que o Regimento que é lei, não lhe confere. Terceira questão, tenho algumas dúvidas de que não prevendo o Regimento, esta cedência de tempo, e com o devido e muitíssimo respeito que me é devido à Mesa, se a Mesa ou o Presidente em exercício, pudesse legitimamente individualmente sem ter questionado o Órgão, concedido esse tempo. Acho que devemos refletir um pouco sobre isso. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente em exercício da Mesa, **Anselmo José Martins**, disse: Peço desculpa à Assembleia Municipal, estava perfeitamente convencido que o Regimento atual, tal como o anterior, contemplasse a possibilidade de cedência de tempo, verifiquei agora, depois de ouvir a Interpelação à Mesa feita pela senhora Deputada Brigitte Bazenga, do PS, que não. Este novo Regimento, afinal, não contempla



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

a cedência de tempo, razão pela qual, vou pedir ao senhor Deputado Municipal para parar e vou pedir autorização à Assembleia Municipal se permite ou não a cedência de tempo? Irei colocar à votação a autorização para a cedência de tempo, neste caso. ---- Aliás, nunca mais, eu estando a dirigir os trabalhos, o farei sem pedir autorização à Assembleia Municipal. O lapso é meu, estava convencido que este Regimento também contemplava a cedência de tempo, mas com esta alteração essa possibilidade cessou, volto a colocar a questão. -----

Quem vota a favor da cedência de tempo? Penso que está expressa a maioria que vota a favor da cedência de tempo. Senhor Deputado Municipal, faça favor de continuar a sua intervenção, com autorização da Assembleia Municipal. -----

Pediu a palavra o Deputado Municipal, **Nelson Montalvão**, pelo **PSD**, para efetuar uma interpelação à Mesa: Cumprimento a Mesa, cumprimento o senhor Presidente da Câmara, cumprimento a restante Assembleia e todos os presentes. A interpelação à Mesa é no sentido de perguntar/alertar se o N.º 2 do Artigo 28.º (Regras do Uso da Palavra no Período de Antes da Ordem do Dia), do presente Regimento está ou não em vigor? E diz o seguinte; *“A cada Grupo Municipal cumpre gerir e controlar o tempo atribuído, sem prejuízo da competência e das funções da Mesa, sendo, excecionalmente, permitida a cedência de tempo entre grupos.”* Muito obrigado. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente em exercício da Mesa, **Anselmo José Martins**, pediu aos serviços de apoio para darem início à contagem de tempo e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal, João Luís Gonçalves Rodrigues, do PSD, para dar continuidade à sua intervenção. -----

João Luís Gonçalves Rodrigues, pelo **PSD**, continuou a sua intervenção. ----- Não querendo culpar ninguém quanto às instalações do novo Pingo Doce, em Santo Amaro, e sendo isto um caso de saúde pública quer junto ao Hospital, quer à Casa Santa Marta, quer ao Pingo Doce, acho que deveria haver o maior cuidado possível no sentido de colmatar essa falha, porque as águas, neste momento, dada a seca, são exíguas, paradas, começam a criar bolsas e a criar insetos que podem ser prejudiciais para a saúde pública. Pergunto ao senhor Presidente se está previsto a curto prazo a resolução deste problema, alargando o caudal em termos de escoamento para que não surja aquilo que se está a verificar. Congratulo-me e também em nome do PSD, com a Orquestra de Sopros ter obtido o 1.º (primeiro) lugar a nível mundial, mas, também temos que reconhecer que esse grupo em termos de composições tem melhorado e muito, Chaves precisa de Cultura, nomeadamente nessa área, é importante. Queria apenas dizer que esse projeto nasceu em 2008 (dois mil e oito) por parte da Câmara Municipal, à altura, do PSD, portanto, é um agradecimento desde a nascença. Também o acompanhamento que esta Câmara tem feito e tem feito esforços nesse sentido, mas creio que o agradecimento maior e inicial é ao Diretor Executivo, Marcelo de Almeida, que na escola foi meu aluno e pelo qual tenho bastante orgulho em conhecê-lo e em o ter ensinado. Por último, queria perguntar ao senhor Presidente para quando está previsto efetuar o saneamento do cruzamento de Nantes, Carrazedo às Telheiras? Se está em projeto para execução? Assim como, a ligação entre São Fraústo e a Granjinha, moram aí pessoas que não têm saneamento, encontrando-se a rede de saneamento distante dessa localidade, para quando se prevê a ligação? Estamos a falar de saúde pública e coloco a questão, pois ainda falta fazer a parte da ligação entre a Torre de Ervededo e a localidade de Agrela com um saneamento condigno uma vez que existe uma fossa que vai desaguar ao Rio Tâmega. Agradeço ao senhor Presidente e a todos quanto me ouvirem. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Encerrou o debate o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Muito bom dia. Renovo cumprimentos à Mesa, agora com o senhor Presidente em exercício, desejando que a direção dos trabalhos seja pacífica, cumprimentar as senhoras Secretárias, senhora e senhores Vereadores, senhores membros eleitos, senhores Presidentes de Junta e demais presentes neste espaço. Relativamente à primeira interpelação formulada pelo senhor Deputado Municipal, António Santos, do PSD, e que tem a ver com o início do arranque do ano escolar, dizer que a preparação do ano escolar é sempre um desafio muito significativo, é um desafio, sobretudo, para as Direções das Escolas que em cada ano têm que encontrar novas soluções para problemas idênticos relativamente aos quais existem mudanças de pressupostos e também para resolverem desafios novos. Isso não é diferente para o Município, o Município que tem, como os senhores Deputados sabem, novas responsabilidades em resultado das novas transferências, processo que foi concretizado no passado dia 1 (um) de abril do ano em curso, novas responsabilidades no que diz respeito não só a questões logísticas e de funcionamento, mas também as questões relacionadas com a contratação de técnicos para as atividades de enriquecimento curricular. De facto, este ano, houve um trabalho profícuo, próximo, colaborativo com os Agrupamentos de Escolas e vou permitir-me fazer aqui uma resenha sobre as principais diligências que foram feitas com os senhores Diretores: Como sabem, no dia 23 (vinte e três) de fevereiro foi aprovado nesta sede, em sede de Assembleia Municipal, o Mapa de Pessoal que permitia a integração no Mapa de Pessoal do Município de todo o Pessoal não docente, estamos a falar de Assistentes Técnicos e de Assistentes Operacionais; No dia 31 (trinta e um) de março, fizemos a primeira reunião de trabalho com os 3 (três) Diretores dos Agrupamentos de Escolas, enunciando um conjunto de questões desde os recursos humanos e questões relacionadas com a transferência de competências no que diz respeito a titularização de contratos de diversa natureza; no dia 1 (um) de abril, concretizou-se a transferência de competências para o Município em matéria de Educação; no dia 21 (vinte e um) de abril, mais uma reunião de trabalho com os senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas, no dia 5 (cinco) de maio, tive uma reunião interna com o senhor Vereador no intuito de tratar todas as dimensões desta transferência, envolvendo a Divisão de Gestão Financeira, a Divisão de Administração Geral e a Divisão de Educação e Ação Social; no dia 11 (onze) de maio, fizemos uma comunicação para a IGF, parte financeira do Ministério da Educação, dando-lhe nota que todos os contratos que existiam de fornecimento de diversos serviços, deviam continuar a ser geridos pelas Escolas, sendo que o respetivo valor devia ser deduzido nas transferências financeiras a executar para o Município; no dia 13 (treze) de junho, fizemos nova reunião de trabalho com os 3 (três) Diretores dos Agrupamentos de Escolas; no dia 30 (trinta) de junho, mais uma reunião de trabalho exatamente com os mesmos interlocutores; no dia 17 (dezassete) de junho, outra; no dia 13 (treze) de julho, após uma comunicação feita pela DGESTE, que se percebeu que não estavam a operacionalizar a solução contratual como nós tínhamos indicado, tivemos depois, em função disso, de tomar uma decisão excecional, assumindo com efeitos retroativos a dia 1 (um) de abril, todos os encargos resultantes dos contratos de prestação de serviços e estamos a falar de energia elétrica, de gás, de transporte e de muitos outros; no dia 19 (dezanove) de julho, foi feita uma comunicação ao Município por parte dos Conselhos Pedagógicos, endereçada pelas Direções dos Agrupamentos de Escolas, identificando quais eram as áreas a desenvolver para as AECs por escolaridade, faltando ainda precisar concretamente as especificações nas áreas das atividades lúdico-expressivas; no dia 22 (vinte e dois) de julho, mais uma reunião de trabalho com os 3 (três) Diretores dos Agrupamentos de Escolas; no dia 27 (vinte e sete) de julho, esta questão foi debatida no Conselho Municipal de Educação; no dia 8 (oito) de agosto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

foram determinadas pelos serviços do Município as necessidades e técnicos para as AECs, a delegarem em cada Diretor do Agrupamento de Escolas, porque a primeira versão era que os próprios Diretores de Escolas pudessem contratar para as AECs, em resultado daquilo que era a experiência, era o histórico, como sabem, até esta data, as AECs eram geridas pelos próprios Agrupamentos de Escolas; no dia 18 (dezoito) de agosto, recebemos uma comunicação da DGESTE, dizendo ou afirmando que os Diretores dos Agrupamentos de Escolas estavam impedidos de assinar estes contratos, porque não havendo legitimidade para o efeito e, nessa justa medida, o Município, nesta data, tomou a decisão de contratar em regime de avença os técnicos necessários para as AECs; em função disso; no dia 17 (dezassete) de agosto, foram, depois de apuradas todas as informações, identificados como necessários 18 (dezoito) técnicos para a atividade física e desportiva, 15 (quinze) técnicos para o ensino de música, 5 (cinco) técnicos para as lúdico expressivas, teatro, 5 (cinco) técnicos para as lúdico expressivas, dança e 3 (três) para o ensino do Inglês, portanto, são 46 (quarenta e seis) técnicos; no dia 26 (vinte e seis) de agosto, foi aberto o primeiro Concurso Público na Vortal para recrutar 46 (quarenta e seis) técnicos para as AECs, em todos os Agrupamentos de Escolas, no dia 5 (cinco) de setembro, foi feita nova reunião com os senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas dando-lhe nota das dificuldades sentidas relacionadas com a contratação de técnicos para as AECs, muito em resultado da circunstância de apenas se estar a contratar técnicos para estas áreas com 5 (cinco) horas por semana, apenas. É verdade que o Município abriu um procedimento para 8 (oito) horas, colocou mais 3 (três) horas para poderem realizar outras tarefas, designadamente preparação das AECs, eventualmente, participação em reuniões, portanto, foram fixadas 8 (oito) horas por semana. A verdade, é que apesar disso e foi partilhada esta dificuldade com os senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas, foi suscitada a questão de se poder, eventualmente, equacionar a possibilidade de haver vários períodos das AECs, durante o dia, ou seja, em vez de haver só um período 1 (uma) hora, haver, pelo menos, 2 (dois) períodos de 1 (uma) hora, um de manhã e outro de tarde, para que nós pudéssemos ter a possibilidade de lançar uma oferta de contratação não para 8 (oito) horas, mas para 16 (dezasseis) horas por semana. Naturalmente, isso, suscitaria um interesse maior por parte dos potenciais interessados neste tipo de prestação de serviços. No dia 6 (seis) de setembro, pedimos às Escolas que nos dessem uma listagem de todos os técnicos das AECs que tinham sido contratados no ano anterior, no dia 9 (nove) de setembro, tomamos a decisão de rever o valor hora que passou de 8,96€ (oito euros e noventa e seis cêntimos), para 12,00€ (doze euros) à hora. Depois, no dia 16 (dezasseis) de setembro, foi aberto o procedimento e constatou-se que havia apenas 5 (cinco) candidaturas, sendo que as 5 (cinco) candidaturas foram excluídas por irregularidades processuais. No dia 19 (dezanove) de setembro, abrimos novo procedimento de concurso público, (pois tem que ser concurso público) para o efeito e, portanto, estamos à espera que através deste novo concurso, nós possamos contar com técnicos para poderem ministrar estas atividades de enriquecimento curricular, sendo certo, e devo dizê-lo aqui, não estamos seguros que, efetivamente, nós tenhamos técnicos para todas as AECs. Em função disso, como sempre fizemos e como sempre faremos, vamos em primeira mão discutir este assunto com os senhores Diretores, percebendo e identificando os constrangimentos e as dificuldades e depois, naturalmente, procurar encontrar soluções que permitam garantir que os alunos do primeiro ciclo, pois é desses que estamos a falar que são cerca de 780 (setecentos e oitenta), possam e naturalmente querendo, como sabem, é uma atividade voluntária, depende da manifestação de interesse por parte dos próprios, possam, querendo, inscrever-se nessas atividades. Portanto, é isso que está a ser feito, esperamos que este processo seja bem-sucedido. De qualquer das formas, aguardamos com expectativa. Para além disso, este ano, também foi marcado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

por um contexto diferente no que concerne a garantir o transporte escolar. Como sabem, o transporte escolar no nosso Concelho permite que todos os alunos que existem no Concelho e que são, porventura, oriundos de cerca de 100 (cem) localidades, possam ser transportados para as atividades letivas. Os transportes são assegurados em primeira linha, através das linhas de transporte público ainda existente e complementado por 26 (vinte e seis) circuitos especiais. Também, aqui, a dificuldade foi crescente, tivemos que abrir 3 (três) concursos internacionais, sendo certo, que ficaram 14 (catorze) circuitos por adjudicar, tivemos que fazer essa adjudicação por ajuste direto com base no critério material da urgência. Hoje, verdadeiramente, temos toda a rede de transporte escolar de alunos assegurada, de qualquer das formas, foi contrariamente aos anos anteriores de uma exigência crescente e, apesar de ainda não ter os números finais, porventura, de um incremento financeiro substantivo. Ainda fica uma questão, como sabem, nós em 2018 (dois mil e dezoito), adotámos a decisão de transportar à hora de almoço todos os alunos do Concelho, neste preciso momento não está garantido, porque estamos ainda no processo de mapeamento e de identificação de todos os alunos que carecem de transporte em horário escolar, porque para assegurar esse transporte temos que, à hora de almoço, ter 2 (dois) transportes, transporte que possa levar ao seu domicílio alunos que terminam às 13H:30M, e temos ao mesmo tempo que recolher os alunos que iniciam as atividades letivas às 13H:30M. -----

E, portanto, significa que temos uma duplicação de transporte à hora do almoço. Penso que num País organizado que gere bem os seus recursos, teremos que encontrar junto das escolas uma solução que nos permita com o transporte à hora de almoço, levar uns e trazer outros, penso que é uma solução que terá que ser trabalhada com os Agrupamentos de Escolas. Os cidadãos, a sociedade exige que nós possamos ser ainda mais exigentes para que, efetivamente, nós não tenhamos que acrescentar cerca de 300 (trezentos) mil euros para acrescentar mais um transporte à hora de almoço, é um desafio que fica. É, porventura, um desafio em que só para o próximo ano letivo poderemos tentar encontrar solução, sendo certo, que há uma exigência crescente de gerir melhor e de forma cada vez mais criteriosa. Quanto a isso e no ano em causa estamos a mapear e a ultimar essa informação no sentido de poder também, este ano, garantir esse transporte à hora de almoço, sendo certo, com essa possibilidade de revisão que esperamos para o futuro. -----

Depois, ainda no que concerne aos alunos que frequentam o pré-escolar e dando resposta àquilo que é a escola a tempo inteiro, queremos ainda dotar os respetivos Agrupamentos de mais recursos humanos e, por isso, veio hoje à Assembleia Municipal a criação de mais 10 (dez) vagas, 8 (oito) vagas na área de educação e 2 (duas) vagas na área desportiva, para que nós possamos reforçar *staff* para que, efetivamente, possamos debelar algumas dificuldades que existem e estamos conscientes delas. Temos a noção que é um processo difícil e exigente, mas é um processo que tem que ser encarado de forma colaborativa, do Município, dos seus serviços, com os Agrupamentos de Escolas, com as associações de pais, com todos os decentes, enfim, com todos que se envolvem nesta matéria e identificando os problemas, equacionando as soluções e implementando aquelas que forem mais adequadas, seja na perspetiva financeira, seja naturalmente na perspetiva pedagógica. -----

Queria, sobre isto, dizer que no presente momento e para que esta Assembleia possa ter a informação detalhada e informada sobre este assunto no que concerne aos recursos humanos, neste caso assistentes operacionais, que existem nos Agrupamentos de Escolas, dizer que, por exemplo: na Escola Dr. António Granjo temos um rácio de um assistente operacional por 18,4 (dezoito, quatro) alunos; na Escola Dr. Júlio Martins temos um rácio menos favorável que é 26,6 (vinte e seis, seis) e na Escola Fernão Magalhães 18,2 (dezoito, dois). Como todos sabemos, existem sempre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

contingências que têm a ver com as baixas e isso, de vez em quando, provoca dificuldade de gestão das respostas e das necessidades no contexto escolar. ----- Ainda assim, e como disse antes, vamos reforçar os recursos humanos na área operacional nalguns destes Agrupamentos para que nós possamos ter menos questões relacionadas com o acompanhamento adequado dos alunos, sobretudo, dos mais jovens, mas também das atividades de apoio e atividades de higienização e na limpeza das escolas. Por último, queria partilhar com os membros desta Assembleia Municipal também alguma informação que me parece ser pertinente, por um lado aquilo que foi o investimento que foi feito desde 2018 (dois mil e dezoito) nas escolas e o investimento, até este momento, já executado nas escolas, foi de 2 285 497 € (dois milhões duzentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e noventa e sete euros), fizemos a requalificação num conjunto de escolas, tais como: Vila Verde da Raia; Mairós; Santo Estevão; Fernão Magalhães; Santo Amaro; CinoChaves e Francisco Gonçalves Carneiro, estão em execução, neste momento, obras num valor de 1.369 000€ (um milhão trezentos e sessenta e nove mil euros), a este valor acrescentem-se mais 764 000€ (setecentos e sessenta e quatro mil euros), que têm a ver com equipamentos digitais e desportivo. Podemos dizer que estamos a fazer um investimento nas escolas de 4.419 000€ (quatro milhões quatrocentos e dezanove mil euros), portanto, claramente um grande esforço, é um compromisso com a escola, um compromisso Municipal com a escola que entendemos ser decisivo, justo e muito útil para o futuro. Portanto, queremos continuar, entendemos que ainda há, porventura, mais uma ou duas escolas que precisam de intervenções de requalificação. Estou a pensar por exemplo: na Escola Nadir Afonso e, porventura, também uma intervenção na Escola Dr. António Granjo, mas, isso, dependerá da identificação de recursos financeiros e eles só poderão ser mobilizados, se houver mais uma vez financiamento europeu para o efeito, se assim for, teremos oportunidade de concretizar essas iniciativas. ----- Depois, concretamente sobre algumas questões que ainda me foram colocadas pelo senhor Deputado, António Santos, do PSD, dizer que, sobre a questão do arranque do ano escolar fui muito claro, sobre tudo aquilo que neste momento está a acontecer, assumindo que há algumas dificuldades, mas que, no geral, foi um ano normal sem grandes questões, surgiram algumas dificuldades, sobretudo, no Centro Escolar que estão a ser colmatadas e vão ser colmatadas quer por via da scaff, do reforço do pessoal da scaff, quer por via da contratação das AECs. Depois, como sabem, e isso também resultou muito da circunstância de no passado, nalguns casos, as AECs serem feitas e asseguradas pelos professores alocados às próprias escolas nalguns casos e nalguns Agrupamentos. Isso ajudava a dar uma resposta imediata, neste momento, não aconteceu, para isso contribuiu o novo modelo de concurso de professores para condições específicas que fez com que hoje as escolas tenham muito menos professores em situação de horário zero ou quase de horário zero, em muitos casos eram fundamentais para poder dar um conjunto de apoios, de complementos e de respostas que, neste momento, não é possível assegurar e por isso é que, porventura, esta situação foi mais evidente do que no passado. ----- Quanto à questão da Escola de Casas dos Montes, entendemos que a decisão foi uma decisão acertada, sinceramente. Em termos de condições, os alunos têm melhores condições físicas, melhores condições pedagógicas, melhores condições de acesso aos recursos e têm melhores condições de acesso às refeições. É verdade que nós estamos a executar obras, estamos a executar obras nesta escola da mesma forma que o fizemos na Escola Fernão Magalhães e aconteceram ao mesmo tempo que havia atividades letivas. É verdade que provoca algum incómodo, isso é manifesto, mas nós queremos rapidamente corrigir essas situações, porquê? Porque estas intervenções visam essencialmente três coisas: Primeira, aumentar o conforto térmico, significa criar melhores condições para os alunos que frequentam essas escolas, ao mesmo tempo;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

segunda, eficiência energética, reduzindo aquilo que são os consumos; terceira, resolver algumas questões que tenham a ver com questões de acessibilidade, com mobilidade e questões de fornecimento de água, portanto, em princípio, essas questões ficaram bastante melhor. -----

Entendo que a circunstância de se ter tomado essa decisão e de ter havido obras ou estarem a acontecer obras de requalificação na escola Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, teve um efeito positivo, é que no ano passado tinha 6 (seis) turmas do primeiro ciclo, agora, passou a ter 7 (sete) turmas, verdadeiramente é uma escola que teve atração e isso resultou na nossa perspetiva, discutível, é certo, das melhores condições. Portanto, significa que a circunstância de tomarmos esta decisão, não só não desagradou, como teve o efeito contrário em vez de ter 97 (noventa e sete) alunos como teve no ano letivo 2021-2022 (dois mil e vinte e um dois mil e vinte e dois), passou a ter 137 (cento e trinta e sete) alunos. Portanto, é um bom sinal, é um bom indicador de medida relativamente à boa decisão que foi tomada. Relativamente às atividades do Município, nós sabemos que, de facto, o Município promove muitas atividades seja de cariz cultural da mais variada índole, seja também um conjunto de iniciativas com as escolas que nós queremos continuar a valorizar, porque entendemos que o espaço escola, não é apenas um espaço de aprendizagem, também é um espaço de integração, um espaço que queremos que permita a todos os alunos serem mais participativos e que possam adquirir outro tipo de conhecimentos através de integração e prática de atividades. Portanto, temos muitas atividades, de qualquer das formas, nós partilhámos muitas dessas atividades no Conselho Municipal de Educação. Portanto, até é o local certo para nós podemos apresentar aquilo que é a nossa planificação, sendo certo que há sempre umas iniciativas de base, as que estão relacionadas com o carnaval e com o natal, sendo certo que há iniciativas que todos os anos se repetem. Mas, de qualquer das formas, agradeço a sua sugestão, vamos procurar que os serviços de educação possam, sempre e quando existe a informação, possam planear e isso que seja pelo menos por trimestre, pelo menos, para que nós possamos partilhar essa informação com as direções dos Agrupamentos de Escolas, porque o que nós queremos é colaborar e verdadeiramente ter uma parceria profícua naquilo que são as nossas responsabilidades. -----

Quanto à intervenção do senhor Deputado, Vítor Pimentel, do CDS, é verdade que existe uma seca severa, é verdade que uma das manifestações dessa seca severa foram os incêndios rurais que se evidenciaram no Território do Alto Tâmega, e Chaves, em particular, teve mais uma vez um grande incêndio que no conjunto das várias deflagrações que aconteceram no ano até agosto de 2022 (dois mil e vinte e dois), atingiram o valor que refere. Portanto, ficámos abaixo dos 4.500 (quatro mil quinhentos) hectares ou dos 10% (dez por cento), que aliás tem sido sempre a bitola nos últimos anos para este tipo de iniciativas, de qualquer das formas, manifestámos pelas vias adequadas esta nossa incompreensão, dizendo de uma forma irónica, então, mais valia a pena deixar arder, enfim, é verdade que este comentário foi feito em *off*, de forma informal. De qualquer das formas, dissemos que estas medidas que foram apenas anunciadas para estes territórios, têm área ardida e subsumível aos 4.500 (quatro mil e quinhentos) hectares ou mais de 10% (dez por cento) do respetivo território. Na nossa perspetiva, são discriminatórias, o que nós obtivemos, sobretudo, por parte da senhora Ministra da Coesão é que também haverá medidas mitigadoras para o restante dos territórios, seja para os produtores florestais, seja para algumas intervenções de carácter público, porque, como sabem, as medidas são muito destinadas ou a reparação de infraestruturas públicas ou a reposição e estabilização dos respetivos solos, esperando que isso possa acontecer e que possam ser abertos avisos para que, efetivamente, os proprietários e os promotores florestais possam naturalmente reabilitar essa parte florestal que sofreu danos com os incêndios. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Quanto à questão do Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios Rurais, é um plano que está em vigor até dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), está plenamente em vigor, temos, neste momento, em tramitação uma alteração ao plano, dando resposta a esses enquadramentos normativos supervenientes. O plano já foi objeto de parecer por parte do ICNF, foi um parecer que demorou algum tempo a ser obtido junto do ICNF, provavelmente ele será trazido para aprovação a esta Assembleia Municipal na próxima reunião ordinária, para que possa, então, depois, vigorar no período de 2023 (dois mil e vinte e três) a 2031 (dois mil e trinta e um). -----

Portanto, em princípio dará resposta àquilo que são os novos desafios, aliás, estes planos foram elaborados com o mesmo parâmetro e com a colaboração da mesma empresa a nível do Alto Tâmega e serão, nesta medida, muito parecidos e, por conseguinte, queremos estar à altura de poder dar resposta adequada naquilo que são as competências do Município nestas medidas de defesa contra os incêndios rurais. ---

Registrar que nesta matéria, como sabem, nós concluímos já e esperamos por a funcionar rapidamente o Centro Municipal de Proteção Civil que é uma estrutura nova que está localizada no edifício do antigo fruteiro e que vai ter capacidade logística e administrativa para poder fazer as ações de coordenação, mas, também, para poder corresponder em situações de emergência e de calamidade, acomodar algumas pessoas para que possam ali ter a primeira resposta. É, na nossa perspetiva, um instrumento importante nestas respostas efetivas em situação de catástrofe e calamidade. Depois, pensei que iam referenciar e, de alguma forma, deixar aqui nota positiva sobre aquilo que é um dos 23 (vinte e três) subcomandos Regionais da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil que foi criado no Alto Tâmega e foi instanciado em Chaves, portanto, é mais um serviço público que vem para o Alto Tâmega e que se concretiza em Chaves. É mais um ganho a somar a outros ganhos, enfim, e escuso-me de os referir agora, estava à espera que para além das sugestões e da abordagem pedagógica que foi feita, fosse também registado com apreço a criação deste comando sub-regional que permitirá instanciar em Chaves entre 15 (quinze) a 20 (vinte) postos de trabalho. Obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, em exercício, **Anselmo José Martins**, disse: -----

Antes de encerrar o Período Antes da Ordem do Dia, quero agradecer ao senhor Deputado Municipal, Nelson Montalvão, a presteza e o contributo para o esclarecimento sobre a figura Regimental que estava em dúvida. Muito obrigado, senhor Deputado, por me devolver a razão. -----

Encerrou o Período Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----

Reitero os cumprimentos à Mesa, aos senhores membros do Executivo e também todos os Membros deste Órgão Deliberativo. Dizer que, por lapso e peço desculpa por isso, não foi falta de consideração, esqueci-me de aduzir ou aludir à intervenção do senhor Deputado Municipal, Francisco Taveira. Dizer que conhecemos a criação deste Centro Académico, esperamos poder ter, também, alguém de Chaves como uma figura deste próprio Centro Académico, esperamos que isso venha a acontecer e esperamos que os passos dados sejam decisivos e que permitam no futuro concretizar aquilo que é a grande ambição para além dos objetivos que foram enunciados também por si, como é óbvio, sem escamotear a criação de uma Licenciatura em Medicina. Esse é o grande objetivo, digamos, é o objetivo central de todas estas diligências. Portanto, dizer que vemos com bons olhos, sinalizamos de forma positiva a circunstância de, no futuro, poder vir a ser criada uma Faculdade que possa formar novos médicos, porque, de facto, é por aí que temos que continuar a incrementar, porque temos que aumentar as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

respostas. Penso que para além de outras iniciativas que existem no território e noutros locais que se preveem que venham a ser bem-sucedidas, também, aqui, será fundamental que isso possa acontecer no futuro. Quanto à questão do Conselho de Administração e dando nota da consideração positiva que fez, quanto à gestão que foi feita nos últimos anos e ao investimento na parte infraestrutural e dos equipamentos que foi feito, esperemos que esse investimento continue e sobretudo na parte assistencial, naquilo que são os recursos humanos se tenha uma atenção particular, dizer que os dados que nós temos da parte assistencial, que é a atividade clínica, têm sido positivos, comparados com o ano de 2021 (dois mil e vinte e um), são francamente positivos. Tivemos a oportunidade de os analisar e se os quiseram abordar de forma casuística, fá-lo-emos, são globalmente positivos, relativamente ao último ano, na maior parte das dimensões, como seja na parte da área médica, menos na área cirúrgica. Portanto, dizer que entendemos que se deve continuar esse esforço. Entendemos que a circunstância de não estar o Conselho de Administração constituído e particularmente não ter Diretor Clínico, é uma omissão grave que poderá, de alguma forma, traduzir-se, depois, numa menor articulação e numa menor orientação e, portanto, uma perda de capacidade e até de qualidade dos serviços clínicos. Portanto, esperamos que rapidamente o novo Ministro da Saúde, ou e agora, pelos vistos, é o novo CEO, do SNS possa vir a designar o novo Conselho de Administração, esperemos que o faça e que o faça de forma competente para que efetivamente nós todos possamos ser beneficiários desse trabalho “backoffice” importante. Quanto ao senhor Deputado Municipal, Nuno Rodrigues, agradecer as considerações e explicações que foram feitas e que naturalmente ajudaram a esclarecer e a informar melhor este Órgão. Obrigado. Bom dia. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – APRECIACÃO e VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 22 DE JUNHO DE 2022. -----

A ata número três, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 22 de junho de 2022, foi colocada à apreciação e votação, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia. -----

Seis Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. A ata foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 2 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 3 - RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE CHAVES, A LEVAR A EFEITO PELO MUNICÍPIO DE CHAVES – SITUADAS ENTRE A RUA DR. JOÃO MORAIS E ALAMEDA DE TRAJANO, – EM CHAVES - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 486/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ARQUITETO JOSÉ PAULO ROXO, DATADA DE 26/08/2022. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal.

Senhor Presidente da Mesa, em exercício, senhoras Secretárias, senhores Membros do Órgão Executivo, senhores Membros do Órgão Deliberativo, público aqui presente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

renovo os cumprimentos. Esta proposta que tenho o grato prazer de apresentar, vem na sequência do conjunto de esclarecimentos e de informações aqui dadas a este Órgão em momentos anteriores, quanto à interpelação relativamente à Piscina Municipal coberta. Nesse momento, tive a oportunidade de explicitar que o processo de licenciamento para a requalificação e ampliação da Piscina Municipal coberta tinha sido objeto, à data, de um conjunto de pronúncias negativas, sendo certo que o parecer da APA se revestia de maior complexidade e condicionamento. -----

A Agência Portuguesa do Ambiente pronunciou-se, numa primeira fase, de forma negativa, relativamente à possibilidade de requalificar e, particularmente, de ampliar a infraestrutura da Piscina Municipal. Na sequência dessa tomada de posição, tivemos a oportunidade de refletir sobre o conjunto de considerações que fundamentaram o sentido do parecer negativo, no intuito de podermos corresponder e dar resposta às muitas questões que iam sendo solicitadas, com o intuito de esgotar a última oportunidade para que permitisse concretizar a nossa intenção, o nosso desidrado e, efetivamente, levar a efeito a concretização desta infraestrutura essencial para a nossa comunidade. -----

Nesse contexto, foi encetado um novo processo de licenciamento às entidades competentes, designadamente a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte que coordena o processo, onde se integram um conjunto muito alargado de pronúncias de entidades terceiras cujos pareceres, em muitos casos, não são só obrigatórios, mas também são vinculativos. Nesse processo, obtivemos pareceres favoráveis por parte das entidades, à exceção da APA que atribuiu parecer favorável condicionado, tendo identificado alguns pressupostos para efeitos de verificação, um dos quais incide na necessidade da obtenção de reconhecimento do equipamento em causa, por parte do Órgão Deliberativo, de que esta infraestrutura Municipal se constitui como estratégica, fundamental e de interesse para toda a comunidade. -----

A proposta ora em análise detém o desiderato de corresponder a essa mesma premissa, encontra-se enunciadas o conjunto das razões de base que fundamentam este sentido de decisão, designadamente a circunstância de existir uma pré-existência, a localização privilegiada, a eficiência energética do equipamento através do uso de energia geotérmica que garante o fornecimento de uma parte substancial de energia para o próprio equipamento, as circunstâncias de em espaço contíguo ao edificado existir uma captação da água termal, significando, por esse facto, um menor investimento. Por todas as razões de facto aduzidas na presente proposta, encontram-se reunidas as condições para que a pronúncia sobre aquilo que é o manifesto interesse público desta obra para o Concelho seja evidenciado e, naturalmente, o que eu peço é que todos possam pronunciar-se nesse sentido, a fim de podermos dar mais um passo no sentido de concluir o projeto, para que, posteriormente, possamos iniciar os procedimentos tendentes à contratação da empreitada, sendo certo que, neste momento, ainda não é possível conhecer o custo efetivo deste investimento, porque só será aferido no momento em que todas os projetos de especialidades deste projeto se encontrem concluídos. Muito obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia. Os meus respeitosos cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, em exercício, senhoras Secretárias, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores Deputados, público aqui presente e staff de apoio a esta Assembleia Municipal. -----

Em relação à piscina, ainda me recordo de ser uma criança, e de terem sido inauguradas as Piscinas Municipais de Chaves, o que, à data, constituiu uma novidade de grande



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

apreço e júbilo para a população de Chaves e, até mesmo, para a Região de Trás-os-Montes, pois, sem dúvida, que dotaram a Cidade de uma infraestrutura desportiva, ainda para mais, na área da natação que mereceu bastante relevo e destaque. -----
Então, ainda Chaves era a Rainha de Trás-os-Montes, augurando-se um futuro próspero, mas que, infelizmente, em muitos casos, não se veio a verificar. Quase 40 (quarenta) anos volvidos da inauguração e de abertura daquele equipamento municipal, é mais que evidente que a necessidade de ser reestruturado, de ser melhorado salta à evidência. Foram feitos pequenos remendos, foi-se dando pequenos retoques, mas isto é quase como quem tenta, às vezes, cozer umas meias que já estão gastas, dá um ponto de um lado, rasga do outro, estica de um lado, descobre do outro, desde as perdas térmicas e consequente despesa acrescida, à sua inerente falta de conforto para a prática do desporto, ou para o simples lazer. Portanto, era das necessidades mais evidentes, que mais saltava e que mais se evidenciava por todos aqueles que frequentavam o referido equipamento desportivo e também equipamento de lazer. -----
Todavia, o torpor e o adormecimento a que este Concelho foi conduzido durante mais de décadas e meia, não impediram que quem nos governava levasse a cabo tal intento, e que passava por uma profunda reestruturação ou por uma obra deste género. Felizmente, Chaves acordou, estando no rumo certo, o que se prova pela concretização de mais uma promessa eleitoral. Para aqueles que, por vezes, gostam de vir cobrar o comprimento das promessas eleitorais, pois aqui têm a prova que é possível fazer, é possível executar, é possível melhorar, desde que haja empenho e vontade, debelando-se todos os obstáculos, ultrapassando-se todas as dúvidas e todas as paredes que nos vão sendo erguidas, nomeadamente pelas próprias agências governamentais. -----
Ao dotar a Cidade e o Concelho com este renovado equipamento estamos a proporcionar melhores condições de vida às populações o que se traduz numa melhoria qualitativa para todas as faixas etárias, o que se traduz também num elemento agregador e num elemento de apelo quer ao turismo, quer à fixação de pessoas aqui no próprio Concelho de Chaves e um aumento do número de visitas. É um desejo, há muito reclamado pelos Flavienses e até pelos próprios turistas que nos visitam e que, finalmente, está à beira de ser concretizado. Reiteramos aqui o brilhante desempenho, os nossos parabéns, razão pela qual o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente esta mesma proposta. Muito obrigado, tenho dito. -----

André Fontoura Faria, pelo **PSD**, no uso da palavra disse, -----
Muito bom dia a todos, começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, senhoras Secretárias, cumprimento todos os membros do Executivo Municipal, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, cumprimento todos os Membros desta Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta de Freguesia e demais, público presente. -----
O Grupo Municipal do PSD vem, a propósito deste Ponto nº3, expressar a sua concordância e intenção de votar favoravelmente esta proposta de reconhecimento e interesse público municipal da obra da reabilitação das Piscinas Municipais por entendermos que esta obra corresponde, de facto, a um clamor antigo da Comunidade Flaviense, e por entendermos que existe toda uma expectativa em torno da reabilitação deste espaço, até porque é importante recordar, esta é uma das promessas eleitorais do Partido Socialista, já desde as eleições autárquicas de 2017 (dois mil e dezassete). A questão das Piscinas Municipais foi, inclusivamente, objeto de apresentação de uma espécie de anteprojecto, talvez, diria eu, em finais de setembro, inícios de outubro, se a memória não me falha, do ano de 2019 (dois mil e dezanove), numa data muito oportuna. E, portanto, é importante que possamos ouvir da parte do senhor Presidente uma palavra especial de possibilidade efetiva de concretização desta reabilitação, deste espaço público, tão importante. Sei que, certamente, me dirá que as circunstâncias de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

hoje são diferentes das de outros tempos, que os instrumentos de financiamento Europeus são hoje diferentes e não permitem tão facilmente o financiamento deste tipo de equipamentos públicos. Contudo, senhor Presidente, é importante que, a este propósito, nos dê e nos dirija sempre palavras que vão um pouco mais para além de uma espécie de cultura de responsabilização dos outros em que o senhor Presidente, muitas das vezes, e permita-me a provocação, parece estar viciado. E, portanto, é importante a este propósito, que se diga que em 2017 (dois mil e dezassete), o Partido Socialista já conhecia de uma forma geral o ponto de situação das finanças da Câmara Municipal de Chaves e conhecia também os quadros de financiamento em vigor. Portanto, é sobre essas premissas que responde e não sobre outras premissas. Portanto, é importante que nos dê aqui uma palavra de efetiva progressão em relação a esta reabilitação, que beneficiará as gentes da cidade e toda a comunidade envolvente. Muito obrigado. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU, no uso da palavra disse, -----
Muito bom dia. Até é engraçado ver as histórias das piscinas, recordar as posições de um lado e do outro. O PSD esquece-se do que prometeu em 2002 (dois mil e dois), João Batista, eleito presidente, disse que íamos ter Piscinas Olímpicas. E, na altura, a CDU chamou à atenção que era melhor uma obra mais pequena, que fosse exequível e que fosse ao encontro das necessidades. Depois das chamadas de atenção ao PSD, em relação às piscinas, começam também a passar anos no discurso entusiasmado que fez, e até parece que estávamos já na inauguração das piscinas novas, havendo, aí, já alguma precipitação. Depois, chamar à atenção de que nós, na realidade, vivemos num mundo em que as coisas podiam ser esclarecidas entre as entidades, mas o projeto vai para lá e depois demora meses, depois vem para cá, depois tem que se reformular e vai outra vez para lá e depois demora meses e vem outra vez para cá. Vão ver agora, quando a obra tiver que ser financiada como é que vão estar as taxas de juro e como é que vai ser isso! -----

Mas a questão que eu quero colocar é mais prosaica. Durante muito tempo foi dito aqui pelo Presidente, na altura, o senhor Arquiteto António Cabeleira, de que não é rentável recuperar estas piscinas. Foi dito aqui na Assembleia Municipal que face ao estado em que estavam os tanques, tinha que ser tudo demolido e reconstruído, se calhar, é assim mesmo, não sei, mas a questão é: E no período das obras, que pode ser longo, como é que se assegura o serviço das piscinas, pelos menos para os estudantes de Chaves? Porque já é uma prática comum a utilização das piscinas. Há algum plano? Visto que vamos fazer uma intervenção neste espaço físico, há a previsão de que tem que se interromper por completo a utilização, há algum plano em relação a colmatar isso? Porque, também reconheço que não será nada fácil, como é evidente, mas depois destas voltas todas entendo que esse esclarecimento era importante, porque, na realidade, de repente, passarmos a ser a Cidade do País que por um longo período não tem uma Piscina para atividades escolares e desportivas, também me parece que é negativo. De qualquer maneira, como é evidente, nós fazemos parte da solução, não será por nós que haverá algum obstáculo a que se encontrem todos os argumentos que são verdadeiros e legítimos de que é um projeto de interesse municipal, do interesse de todos os cidadãos que haja piscinas condignas públicas em Chaves. -----

Vítor José Gomes, pelo CH, no uso da palavra disse, -----
Bom dia. Quero saudar, em primeiro lugar, o senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Presidente da Mesa, em exercício, senhoras Secretárias e restantes membros presentes. -----
Relativamente às piscinas, ainda eu era miúdo quando foram construídas, hoje já tenho 47 (quarenta e sete) anos e, por fim, vamos ter as piscinas, vamos ver se é desta vez,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

ainda bem. Comungo da preocupação do senhor Deputado Municipal, Manuel Cunha, como vai assegurar os serviços, temos também, para além das escolas, dois clubes de natação, também é importante pensar nessa questão. Para além disso e, visto que vai ser feita esta obra de requalificação nas piscinas, não sei se vai ser feito somente como está de rés-do-chão ou estão a prever um piso superior? Penso que era importante, visto que a piscina vai sofrer uma requalificação, não ampliar também, ou seja, construir um piso superior seria importante para a prática de outros desportos, já que se vai gastar dinheiro! É a essa questão que pretendo uma resposta. Obrigado. -----

Usou da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Muito bom dia, Senhor Presidente da Mesa, em exercício, senhoras Secretárias, senhores Membros do Órgão Executivo, senhores Membros eleitos deste Órgão, Público aqui presente e o nosso staff de apoio. -----

Até que enfim, temos uma questão para discutir e para debater, portanto, vamos então às questões e vamos discutir as questões pertinentes que nos trouxeram aqui, porque até parecia que isto estava morno demais, para ser uma Assembleia Municipal. -----

Vamos então olhar para aquilo que foi o início da intervenção do senhor Deputado Municipal, André Fontoura, do PSD, que é curiosa! Ao ouvir a intervenção do Senhor Deputado, recordei a velha parábola do escorpião, que mesmo a atravessar o rio nas costas de um transportador, tem a necessidade imperiosa de lhe dar uma ferroada, correndo o risco de o matar e, assim, morrer também afogado. -----

Esta forma de fazer política está-lhe no sangue. Dizer-lhe, também, que, provavelmente, está ainda num processo de superação do estado de negação e penso que vai continuar por mais algum tempo. Não percebi a necessidade de fazer a intervenção que fez, fora de tempo e sem sentido, pois o que nós estamos a falar aqui, é tão simplesmente de uma coisa, é apenas de uma pronúncia sobre uma questão, que é, entendermos se existe interesse público municipal ou não relativamente a um projeto que não é de reabilitação, é sim de reabilitação do existente e ampliação. O Senhor Deputado, André Fontoura, tende sempre a minimizar tudo o que, mesmo sendo importante para a comunidade flaviense, é proposto pelo executivo municipal. Enfim, é uma questão de formação partidária, ou partidarite, mas já o conhecemos e sabemos o seu posicionamento político. Neste momento, solicita-se somente a este órgão que possa deliberar sobre o interesse municipal de requalificar e ampliar a atual piscina municipal. O que nós pretendíamos, ou seja, o que em sede de reunião de Câmara se fez, foi aprovar por unanimidade, sem nenhuma consideração e sem nenhuma crítica. Chegados à Assembleia Municipal, o PSD, através do senhor Deputado Municipal, André Fontoura, vem logo aqui suscitar uma série de questões laterais, não se centrando naquilo que é o essencial deste ponto em discussão. Presumo, que no final vai votar a favor, mas, até lá, teve que deixar aqui a marca do seu tipo de intervenção. Dizer-lhe que, sem dúvida alguma, se trata de mais um compromisso eleitoral que honraremos, que iremos cumprir e não esperamos 20 (vinte) anos para o fazer e nesse sentido, ainda bem que o senhor Deputado Municipal, Manuel Cunha, já tinha feito essa referência. Não vamos fazer nenhuma Piscina Olímpica, como era para ser feita em 2002 (dois mil e dois) e que findos 4 (quatro) mandatos, pasme-se, 4 (quatro) mandatos, 16 (dezassex) anos, o que é que se fez? Nenhuma piscina, não se fez nenhuma piscina. Em contraponto, este Executivo, liderado por mim, está neste momento a construir uma piscina descoberta de água termal e está, neste momento, a lançar bases seguras para que se possa abrir concurso para uma empreitada de requalificação e ampliação da atual piscina municipal, obra ansiada e necessária há mais de duas décadas. Disse-o no passado, vou dizê-lo hoje e di-lo-ei no futuro, que todos sabemos que esta tipologia de infraestruturas poderia ter sido construída de uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

forma sustentável, possivelmente financiadas até 85% (oitenta e cinco por cento) com recursos a fundos europeus em tempos passados, se, naquele momento, tivesse havido argúcia e boa gestão do PSD, mas infelizmente por incúria e má gestão não foi feito. Vamos agora, depois de reduzir em mais de 18 (dezoito) milhões de euros a dívida do Município, criar as condições para podermos ir à Banca contratar, ainda que em condições menos favoráveis do que no passado, financiamento para a construção desta piscina que será uma obra muito importante e onerosa, provavelmente, a obra mais onerosa, esquecendo a intervenção no Parque Empresarial do Município, porque são 11 (onze) milhões de euros. -----

Surpreende-me, sinceramente, surpreende-me que venha para aqui falar destas questões, quando sabe bem que o seu partido, o PSD, esteve 16 (anos) para construir uma piscina que prometeu reiteradamente, e não era semiolímpica, era olímpica. Depois prometeram também a Cidade Desportiva. Senhores Membros da Assembleia Municipal veem por aí algum edifício integrado na Cidade Desportiva, sabem aonde é a Cidade Desportiva? À Cidade Desportiva aconteceu-lhe o mesmo que à piscina olímpica, não passou de falácia. E, portanto, devíamos ter algum comedimento e algum pudor ao falar destas questões. A democracia é importante, a discussão partidária é importante, mas com uma boa dose de verdade e alguma consistência nas intervenções. -----

Ainda sobre a sua intervenção, direi mais algumas coisas. Dizer que é verdade que, provavelmente, não haverá Fundos Europeus para o financiamento dessa obra. Neste momento, não temos a certeza se teremos oportunidade de financiar alguma componente relacionada com a eficiência energética, se existir essa possibilidade, trabalhá-la-emos, com certeza! Mas, neste momento, não está ainda claro que exista alguma possibilidade de financiamento externo, o que significa que o Município querendo e interpretando a vontade deste Órgão, e se a conclusão for que é uma obra de interesse municipal, que é a vontade do coletivo, fá-la-emos com recursos próprios, mais os recursos externos que teremos que captar, ou seja, financiamento externo que terá que ser através de um empréstimo bancário. Mas, ainda assim, fica aqui o compromisso, a dívida ficará muitíssimo abaixo da herdada. Portanto, fica este compromisso, é isso que nós dizemos aqui e o que dizemos lá fora. E, portanto, terminando e muito rapidamente, nós sabemos que o equipamento piscina desportiva não é sustentável, sob o ponto de vista financeiro, não é rentável. Sabemos que, por um lado não existe financiamento para executar este grande projeto de reabilitação e ampliação, que, como sabem, vai ter 2 (dois) grandes tanques de 25 (vinte e cinco) metros de comprimento, vai não só permitir a prática lúdica, mas também prática federada, isso é muito importante, vai ter, se olharmos para a proposta, uma bancada para 250 (duzentas e cinquenta) pessoas. -----

Neste momento, é importante reafirmar que estamos a assegurar e a dar resposta a todas as questões que motivaram o parecer favorável condicionado para que passamos durante o próximo ano lançar a empreitada. Mas disse também que nós sabemos que ela não é sustentável em termos de funcionamento. Sabemos bem que, porventura, um custo fundamental destes equipamentos é a sua manutenção. Porque é que muitos Municípios que na primeira década deste milénio financiaram equipamentos de piscinas muitos deles, enfim, que vocês usavam e consideravam como sendo referências no Alto Tâmega, mas, têm-nas fechadas hoje ou têm-nas temporariamente fechadas. Sabem porque é que isso acontece? Porque os custos de manutenção são elevadíssimos. Por isso é que nós queremos e entendemos que é fundamental que a energia que alimente esta piscina, seja em cerca de 97% (noventa e sete por cento) a 98% (noventa e oito por cento) de energia renovável, entre a geotermia e a solar, porquê? Porque entendemos que um dos custos fundamentais do funcionamento das piscinas é a energia, depois são os recursos humanos, é verdade, mas em primeira mão é a energia. Portanto, também aqui estamos a olhar para o futuro com sustentabilidade, e é isso que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

nós também queremos fazer neste projeto e em todos os que queremos desenvolver, em contraponto como foi a insustentabilidade financeira da gestão PSD que nos deixou na banca rota, como foi a ineficiência que nos deixou no sistema da água e do saneamento, porque, verdadeiramente, vem falar aqui de culpas próprias, não de culpas nossas. Portanto, era importante que quando fizessem essas considerações, primeiro fizessem meã culpa, e só depois fizessem propostas, porque também entendemos que devem de ser feitas propostas, dar contributos para que as decisões sejam ainda melhores. É isso que nós esperamos, é isso que nós desejamos, é isso que nós queremos, que a nossa oposição possa contribuir e não se limitar ao bota-abaixo. Aproveito, naturalmente, para cumprimentar a nova direção, alguns dos membros da nova Comissão Política estão aqui presentes, aproveito para os saudar e para lhes desejar um excelente trabalho. -----

Depois, quanto à intervenção do senhor Deputado Municipal, Vítor Gomes, do CHEGA, já percebemos, que se nós, antes, estávamos a falar de uma coligação do PSD e do CDS, hoje estamos a falar de uma coligação PSD/CDS e CHEGA, já percebemos todos. Já percebemos todos, que esse alinhamento, é de tal forma que já nos leva a perceber que já existem cedências de tempo e que isso vai ser uma prática para o futuro, já percebemos! Percebemos isso a nível nacional, agora, com a votação para o Vice-presidente da Mesa da Assembleia da República e percebemos isso nesta Assembleia que, de facto, existe uma proximidade orgânica que vai fazer com que se aproximem, sendo esse facto visível em termos físicos nesta Assembleia, na linha tênue de separação entre os grupos municipais. Quanto à questão concreta, devo dizer que este Executivo, desde que assumiu funções, levou a cabo um conjunto de intervenções neste equipamento, com o intuito de melhorar o seu conforto térmico. Quem frequenta a piscina municipal, constata hoje que têm um conforto térmico maior do que há 5 (quatro) ou 6 (cinco) anos atrás. Também, se estiverem atentos, entenderão que os 2 (dois) clubes de natação, quer o Flavitus, quer o clube de natação de Chaves, têm sido objetos de contratos programa no sentido de financiar a sua atividade e, ao mesmo tempo, permitindo-lhes que fizessem acordos de dívida para que aquilo que era a dívida pela utilização das pistas, pudesse ser paga a 10 (dez) ou 20 (vinte) anos, para que possam ter sustentabilidade para o futuro. Esta piscina não irá ser nenhum pavilhão desportivo e será edificada com dois grandes objetivos, o lúdico ou pedagógico e o de alguma prática desportiva mais federativa, mais de competição. Não se encontra previsto neste equipamento a construção de nenhum espaço adjacente para fazer outro tipo de práticas desportivas, sendo que tal questão terá que ser refletida em futuros projeto para construção de um outro tipo de equipamento. Portanto, estaremos a estimar um custo total de 10 (dez) milhões de euros, sensivelmente 5 (cinco) mil metros quadrados a 2000 (dois mil euros) por metro quadrado, aos preços de mercado hoje, darão um preço padrão e não andaremos muito longe, na minha perspetiva. Vila Real abriu recentemente um complexo de piscinas que custaram 17 (dezassete) milhões de euros, o que traduz e elevado investimento e o grande esforço financeiro que nós também teremos de fazer. -----

Também é verdade que se esta piscina não foi feita, por alguma razão terá sido, não? Não foi apenas por questões de licenciamento, é estranho que nunca ninguém tenha tratado das questões de licenciamento, nunca ninguém verdadeiramente tratou deste processo a sério, porque, senão, tinha constatado que, afinal, existiam um conjunto de contingências de cariz urbanístico que limitavam ou que impediam a construção deste equipamento. A verdade é que ninguém, nenhum Executivo pegou neste processo a sério, não fez nenhum pedido de licenciamento, sendo que o único pedido de licenciamento que foi feito, foi feito pelo anterior Executivo Municipal que liderou os destinos autárquicos no último mandato, onde se percebeu que, afinal, existia um conjunto de limitações, designadamente por questões relacionadas com o ambiente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

particularmente, em função da circunstância de o edifício se encontrar instanciado em leito de cheia. E, portanto, a problemática identificada pelos Executivos do PS significa o quê? Significa que nos andaram a enganar durante muito tempo. -----

Pedido de esclarecimento. -----

António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo **PSD**, disse na sua intervenção: - Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, senhor Presidente da Câmara, em vosso nome, permitam-me que cumprimente todos os presentes. Dar uma nota ao senhor Presidente da Câmara, como sabe, sou independente, mas fui eleito pelo agrupamento entre o PSD e o CDS, o senhor Presidente referiu a questão desta tendência ou aparente tendência ou estratégia de colar o CHEGA, digamos, às nossas votações. Eu devo lembrar que no atual mandato autárquico que começou há cerca de 1 (um) ano, a Câmara Municipal do Entroncamento do Partido Socialista, perdeu a maioria absoluta e para conseguir a sua governação, designadamente, a aprovação do Plano e Orçamento 2022 (dois mil e vinte e dois), acordou com o CHEGA o seu voto favorável. Poder-se-á dizer que o Entroncamento é conhecido por aqueles fenómenos do Entroncamento que nós conhecemos, coisas muito especiais e não sei quê! Mas há uma outra Câmara muito importante, das maiores do País, refiro-me à Câmara Municipal de Sintra, aonde o Partido Socialista, também perdeu a maioria absoluta e para garantir a governabilidade associou-se ao CHEGA. E não se associou de qualquer maneira, o Vereador do CHEGA, em Sintra, é o Chefe de Gabinete do dr. André Ventura. ----- Portanto, em matéria de coligações ou de entendimentos autárquicos com o CHEGA, estamos esclarecidos. Muito obrigado. -----

Encerrou o debate o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. ----- Senhor Presidente da Mesa, em exercício, senhoras Secretárias, senhores Membros do Órgão Executivo e senhores Membros do Órgão Deliberativo, enfim, dizer que das palavras do senhor Deputado Municipal, Carmona Rodrigues, do PSD, apenas ouvi justificação. O único aspeto que veio aqui dizer, é que, afinal, outros também já o fizeram, portanto, confirma. Foi o que veio aqui dizer na prática, não disse mais nada do que confirmar. E, portanto, o que nos disse foi: O PS, em 2 (dois) Municípios, fez o mesmo que nós temos feito, foi basicamente o que veio cá dizer. Mas queria recordar sobre esta matéria coisas mais relevantes, mais estruturantes, como o acordo que foi feito no Governo Regional dos Açores, sendo, na minha opinião, inequívoco e indesmentível, e, portanto, comparar os acordos que alguns municípios ligados ao PS fizeram com o que tem sido a proximidade do CHEGA com o PSD, parece-me claramente incomparável. Isso é claramente indesmentível. O Governo dos Açores só existe, porque tem o apoio dos deputados dos Açores, significa que houve claramente uma aproximação dos pressupostos que muitas vezes, também no continente, fizeram com que o Governo entre o CDS e o PSD fosse feito, portanto, significa que há uma proximidade, ou pelo menos existem alguns pontos de contacto, não digo que sejam todos, ou que sejam na sua maioria. Depois o que eu disse aqui, em jeito de brincadeira, que estava aqui a perceber um movimento, uma tendência orgânica de aproximação física e uma tendência de posicionamento, no sentido de facilitar o tempo para poderem ser feitas intervenções pelo PSD. Só disse isso e, portanto, foi basicamente isso que eu quis dizer. Mas, no essencial, já percebemos que, afinal, é verdade que o PSD se está a aproximar ao CHEGA. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 4 - EXTINÇÃO DO PROCESSO N.º 104/04.0BEMDL-A E DO RECURSO INTERPOSTO (REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

SUPERFÍCIE EM SUBSOLO DESTINADO À CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO E, BEM ASSIM, DO CONTRATO PARA A EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO DE PARCÔMETROS E RESPETIVO ADICIONAL). PROPOSTA N.º 84/GAPV/2022. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito bom dia, novamente. Reiterando cumprimentos à Mesa, senhores Membros do Órgão Executivo e do Órgão Deliberativo e todos os demais presentes nesta sala. -----

É uma proposta que eu aqui trago com muita satisfação, finalmente depois de quase 20 (vinte) anos de litigância, de processos judiciais, de riscos, de questões pendentes sobre responsabilização do Município. Finalmente, foi possível, diga-se em abono da verdade, com a mudança de atitude da nova gestão Grupo Empark, colocar um ponto final, por acordo, ao litígio judicial que opunha o Município de Chaves e a referida empresa, pendente no Tribunal Administrativo Central, no qual a Empark peticionava 3,2 (três vírgula dois) milhões de euros por indemnização e lucros cessantes. -----

É, verdade que, em resultado de um conjunto de diligências encetadas com o Conselho de Administração da Empark, foi possível identificar vontades recíprocas que permitiram preparar solução negocial, traduzida na extinção do referido processo judicial. -----

Como sabem, a causa para o processo judicial pendente no Tribunal Administrativo Central residiam nas deliberações tomadas, penso que em de 2004 (dois mil e quatro), pelo então Executivo Municipal, liderado pelo PSD, traduzidas na rescisão unilateralmente, quer do contrato de concessão, quer também do contrato de constituição de direito de superfície, que vieram a ser declaradas ilegais pelo Supremo Tribunal Administrativo. -----

Trata-se, portanto, de um conjunto substantivo de sucessivas ações administrativas que percorreram todas as escadas do sistema de justiça administrativa, que, agora, se pretende pôr termo, removendo das contas do município uma responsabilidade contingente, de três vírgula dois milhões de euros. -----

Este processo judicial suscitava-nos alguma preocupação, apesar de entendermos que nos assistiam razões que podiam conduzir ao não provimento do recurso, sendo certo que apesar desse facto, todos sabemos que processos judiciais acarretam um grau de incerteza inerente. Portanto, foi possível formular um acordo, um acordo que está aqui presente para que possa ser apreciado e votado pelos Membros desta Assembleia Municipal e que no essencial, resumidamente, diz o seguinte: -----

Primeiro, a Empark desiste do processo e subsequentemente ou em simultâneo, sendo que, de seguida, far-se-ão duas escrituras de anulação, uma escritura de anulação do direito de superfície e outra escritura de anulação também do direito de concessão, construção e exploração do parque subterrâneo, mas, também daquilo que era a concessão do estacionamento à superfície. Portanto, parece-nos, na nossa perspetiva, que se trata de um acordo que merece, por todas as razões, ser votado favoravelmente para que possamos terminar com mais um processo, o que nos permitirá olhar para o futuro com mais confiança e tranquilidade, uma vez que cessará uma responsabilidade contingente do Município. -----

O que eu peço a todos é que votem favoravelmente esta proposta e, com isto, possamos extinguir mais um dos processos que detínhamos e que, de alguma forma, condicionava a nossa ação. Muito obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse, -----

Mais uma vez, cumprimento o senhor Presidente da Mesa, em exercício, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhora Vereadora, senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Deputados, senhores Presidentes de Junta, comunicação social, operadores, todos quantos se encontram dentro desta sala. -----

Eu vim aqui por uma razão muito simples, como sabem, fiquei muito surpreendido, porque o senhor Presidente da Câmara não deu uma palavra em relação a que parque se referia? E é muito simples. Este parque, foi o parque da polémica que o PS ao longo dos anos tem atirado com a responsabilidade da destruição do Jardim das Freiras ao Partido Social Democrata, só que os documentos que agora nos apresenta não dizem isso, eu já sabia disso tudo. Prova-se aqui tudo quanto o Partido Socialista dizia da destruição do Jardim das Freiras, devolvo-lhos com este documento, porque quando nós, em 2001 (dois mil e um), ano de eleições, não podíamos ter feito um contrato em 2000 (dois mil), nem podíamos ter feito os buracos que lá estavam, nem podíamos ter destruído o Jardim das Freiras. -----

Que fique claro de uma vez por todas, eu não estou a por em causa o facto de vocês entenderam que tinham que fazer ali um parque de estacionamento, isso não está em causa, o que está em causa, é que ao longo destes anos, eu sempre ouvi através da comunicação social e em todos os lugares, que o PSD destruiu o Jardim das Freiras. Quer dizer, nós que encontramos o Jardim das Freiras destruído e implementámos o projeto que vinha do Partido Socialista. Tapámos os buracos, entendemos que não deveríamos fazer ali parque nenhum. A mesma legitimidade que tinha o Partido Socialista de abrir os buracos e fazer o parque de estacionamento era a mesma que nos dava a nós, em 2001 (dois mil e um), ao PSD que tinha ganho as eleições de não fazer o parque, acabámos por fazer o parque noutro lugar e acabámos por provar que o parque ali não tinha viabilidade e que era um erro fazer o parque. Por isso, o que eu venho aqui dizer, é fique muito claro, não fomos nós que destruímos o Jardim das Freiras. O ponto de referência da cidade foi destruído pelo Partido Socialista. Muito obrigado. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse, Senhor Presidente da Mesa, em exercício, senhoras Secretárias, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, caras e caros colegas Deputados Municipais, público presente, comunicação social, colaboradores do Município e demais presentes, bom dia a todos. -----

Eu estou verdadeiramente atónita com a intervenção que nos antecedeu e deixem-me começar por aí, tenho aqui outros considerandos para tecer, mas hoje, em que já houve acusações de vício com o passado e de responsabilidades com o passado, eu acho que há um problema de determinados membros desta Assembleia com a verdade e efetivamente com o passado, enquanto não fizerem a assunção, permitam-me que o diga, a assunção das estrondosas responsabilidades do passado não progredirão. O Partido Socialista está muito bem confortável com o facto de vocês não progredirem. Não sei é se a própria consciência política do PPD/PSD Chaves, assim seja. Portanto, se me permitem e com o devido respeito, não sou eleitora do PPD/PSD, mas façam a vossa reflexão interna e agora que até têm, finalmente, Órgãos eleitos e sangue novo, se não será o momento de porem a mão no peito e na consciência e fazer, efetivamente, a assunção das responsabilidades. Senhor Deputado, José Pimentel, o que aqui nos traz hoje, foi a consequência de uma decisão ilegal, parece-nos à evidência, e já que consultou todos os documentos, certamente também terá verificado isso, tomada em 2004 (dois mil e quatro), decisão essa, de unilateralmente rasgar um contrato e decidir não fazer nas Freiras um parque de estacionamento, e já agora, o local aonde o decidiram fazer a seguir, sabe o que é que lá está? Não sabe? Não está lá um parque de estacionamento, não! O que lá está é o Museu das Termas Romanas. O parque de estacionamento do Faustino, já agora, se quer falar dele, foi feito efetivamente por vós, após muita insistência e muita proposta de elementos do Partido Socialista, onde me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

incluo, que fosse posto fim à situação de insalubridade que ali estava e demoraram anos a reconhecer que podia ser feito ali um parque de estacionamento. ----- Mas, bom, o que quero aqui dizer é que mais um pesado dossier está resolvido, finalmente! mais uma carga pesada que nos sai das costas, o que nos permite respirar mais aliviados. Enquanto estagiária houve uma coisa que o meu ilustre patrono sempre me disse “*mais vale um bom acordo do que uma má demanda*”, e nós estávamos aqui em risco de ter 3 (três) milhões e tal de euros que continuavam inscritos nas nossas contas que, já agora, diga-se, finalmente têm transparência, finalmente sabemos quantos processos judiciais há, quanto se deve, a quem se deve, coisa que no vosso tempo também não acontecia e estávamos na iminência de termos que assumir a responsabilidade de pagar uma indemnização 3 (três) milhões de euros, responsabilidade essa que, olhe, a somar à das Águas de Portugal, a somar à dívida na sua globalidade nos fazia ter uma posição amedrontada e vergonhosa perante os Bancos, o que não nos permitia conseguir as condições que, entretanto, também já temos junto da Banca. Não foi porque mudou a cor do Partido, foi porque mudou a credibilidade do Município de Chaves por causa do Partido que lá está. ----- E a credibilidade conquista-se, a credibilidade ganha-se com trabalho, com transparência, com eficiência e, portanto, sem bajulação, mas com total convicção, muito obrigada ao Executivo, muito obrigada Presidente da Câmara, Nuno Vaz, por nos ter livrado de mais um peso pesado, por aparecer com transparência e com total verdade a dizer ao Município e aos munícipes quanto devemos, a quem devemos, por nos permitir e por termos aliviado mais esta carga, aparecer perante a Banca ou sejam que entidades forem a negociar com outro à vontade. Venha o futuro. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra, disse: como é evidente, a CDU, está contente que tenha sido possível encontrar um acordo, isso não apaga o passado. E o passado é que houve um Executivo que na perspetiva da CDU e meu pessoalmente, pois vivo em Chaves há muitos, estragou o que era um dos ex-libris da Cidade, destruiu-o, eu aposto que quer desse lado, quer deste, quase todos nós, sem exceção pagaríamos para voltarmos ao antigo. É bom, então, que se perceba qual foi o projeto. Depois, a decisão da Autarquia do PSD, em termos formais e jurídicos, não me parece que tenha sido a mais brilhante, mas, no fim, o que é o que ficou? Uma praça de pedra na qual poucos ou nenhuns se revêm, eu até gostava de ter a ideia de quantos milhares de euros custou aquela praça de pedra que ninguém queria, que ninguém quer, e já agora, fazer um pouco de desdramatização, na verdade, se não tivesse sido a decisão de não fazer o parque de estacionamento, nunca teríamos descoberto o Museu das Termas Romanas, que parece ser um grande futuro para a cidade, e é, e todos nós estamos orgulhosos disso. Às vezes, há males que vêm por bem, e obtivemos essa conquista, mas a reflexão que há a fazer, é saber, ao longo dos anos, quantas decisões erradas, quantas decisões não ponderadas, que não souberam perspetivar o futuro, que não perceberam que as terras que mantiveram a sua estrutura genuína, os seus espaços antigos, os seus espaços verdes, são as que são agora mais atrativas de muitos pontos de vista. De qualquer forma, a CDU vai votar favoravelmente. Penso que o acordo permite-nos sair de uma situação potencialmente muito, (o senhor Presidente da Câmara, já tinha dito isso aqui várias vezes), tóxica para o Município, porque havia aqui, querelas jurídicas, que a serem perdidas, podiam levar a grandes indemnizações. Volto a dizer que gostava que um dia se pudesse julgar, não no sentido da condenação jurídica e penal, quem tomou todas essas decisões que tanto dinheiro nos custaram e que nos puseram mais pobres do que estávamos. -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Muito bom dia, reitero cumprimentos à Mesa, aos membros do Órgão Executivo, aos membros eleitos, aos senhores Presidentes de Junta, às senhoras Presidentes de Junta, público aqui presente que se mantém entre nós, à comunicação social e ao “staff” de apoio. -----

É curioso, ou talvez não, que, apenas por “partidarite”, duas propostas que, na minha perspetiva, não deviam suscitar grandes considerações, estou a falar da anterior, relativamente à manifestação do reconhecimento do interesse municipal sobre a reabilitação e ampliação ou requalificação e ampliação das piscinas cobertas municipais e também sobre este acordo, que extingue um processo judicial que já consumiu tantos recursos, tantas energias, e que envolveu tantos riscos, mas, mesmo assim, há quem tente reescrever a história, voltar outra vez à história para a reescrever, mas é importante que se escreva história de forma verdadeira, sempre! E eu vou aqui tentar contribuir para a verdade, vou procurar também falar sobre este assunto para explicitar a verdade sobre o presente processo. -----

Porque, mais do que a paixão, do que a “partidarite”, do que aquilo que é, e aquilo que nos move, do que nós gostamos ou não de ouvir e que tivesse sido, considero que é importante, nós sermos fiéis à história e aos factos. Portanto, vamos então aos factos que me parecem pertinentes neste processo histórico que nos conduziu até este momento. É verdade que quem abriu o concurso para poder ser construído um parque de estacionamento subterrâneo no Jardim das Freiras para que pudesse ser construído e explorado pelo próprio concessionário, foi o Partido Socialista, na gestão autárquica que foi até 2001 (dois mil e um), ao mesmo tempo, depois, em momento posterior, fez também o quê? Necessariamente, a desafetação do domínio público daquele subsolo e integrou-o no domínio privado e, conseqüentemente, foi tomada uma decisão, presumo que tenha sido neste Órgão, que estava instalado, à data, para que fosse aprovada também o quê? Aprovada a constituição do direito de superfície ao concessionário. Mais tarde, foi feito um aditamento ao contrato que fez com que aquilo que era o estacionamento de superfície, fosse integrado na concessão do estacionamento, portanto, a concessionária passou a ser detentora de um direito não só de exploração do estacionamento feito no subterrâneo, mas, também na superfície. Nesse âmbito, existia uma obrigação do concessionário de requalificar o Jardim e, portanto, haveria uma obrigação que era da Empark, a empresa que ganhou o concurso público e que, em função desse facto, tinha a obrigação de requalificar esse espaço que era o nosso Jardim das Freiras. Eu tive a oportunidade de usufruir deste jardim durante muito tempo, frequentei todo o período secundário, desde o sétimo ano ao décimo segundo ano no antigo Liceu de Chaves. Mas, relativamente àquela obrigação que era a obrigação da concessionária de fazer a requalificação daquele jardim, jardim que deixou de ser jardim e passou a ser uma praça, à data, o projeto que foi aprovado, penso que foi um projeto que foi sujeito a um concurso de ideias, esteve sujeito a discussão pública e todos os cidadãos puderam pronunciar-se, à data, o gabinete e a pessoa que elaborou o projeto entendia que era fundamental para a cidade, conceber um espaço que fosse um espaço de praça no qual se pudesse realizar um conjunto de iniciativas e de eventos, um espaço que pudesse agregar pessoas e, por isso, é que tem aquela solução que tem. A verdade, é que, hoje, nós olhamos para o passado e percebemos afinal que o que nós gostaríamos de ter mais um jardim, provavelmente como aquele que nós recuperámos, que nós resgatámos, que foi o Jardim do Bacalhau. Não sei se recordam o que é que era para ser construído no Jardim do Bacalhau? Recordam-se? Se bem me recordo, no Jardim do Bacalhau era para se construir lá um Centro Cívico, no topo Norte, e nós resgatámo-lo, e hoje, acho que é indesmentível, não digo que é unânime, mas a grande maioria das pessoas entende que a requalificação daquele espaço, aquele jardim que ali existe, primeiro, foi fiel à história e também trouxe modernidade, depois requalificou aquele espaço e a zona envolvente edificada está claramente em franca reabilitação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

sendo que acredito que se trata de uma zona muitíssimo procurada em termos de habitação e só foi conseguido porque tomámos a decisão, essa sim, de revogar um contrato de empreitada que estava feito com a empresa Anteros S.A. e demolir parte da edificação que já existia, foi isso o que nós fizemos. Mas, ao mesmo tempo, vamos fazer outra coisa, não só resgatámos para a fruição pública as Termas Romanas que hoje já são fruíveis, visitáveis, já temos mais de 50 (cinquenta) mil visitantes só neste ano e, portanto, significa que foi mais um impasse que resolvido e foi resolvido por este Executivo Municipal. Ao mesmo tempo, também faremos na sua cobertura mais um jardim, vamos ter um jardim na cobertura do Museu das Termas Romanas. Portanto, serão 2 (dois) jardins que este Executivo vai fazer na cidade. -----

Quanto, particularmente, ao Jardim das Freiras estava eu a dizer, e feita esta adenda, que a solução encontrada resultou de um concurso de ideias concretizado à data. A verdade, é que quando em 2004 (dois mil e quatro), o executivo municipal liderado PSD decidiu, unilateralmente, rescindir os 2 (dois) contratos, quer o contrato da concessão para a construção e exploração do parque de estacionamento, quer o contrato que atribuía o direito de superfície à Empark, fê-lo de forma ilegal, conforme ficou assente nas sucessivas decisões judiciais tomadas nas três instâncias da justiça administrativa, Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, Tribunal Administrativo Central do Norte e Supremo Tribunal Administrativo. -----

Portanto, quando o PSD em 2004 (dois mil e quatro) decidiu rescindir os contratos de concessão e de direito de superfície, poderia, e não o fez, ter elaborado novo projeto de requalificação do jardim das freiras, pois que o projeto anterior já não seria responsabilidade da concessionária. Ou seja, em vez de reformular o projeto existente ou mandar fazer um outro, decidiu, presumo que por concordar com ele, abrir concurso para a sua execução e, depois, adjudicar a respetiva empreitada. -----

Que não restem dúvidas que foi o executivo municipal liderado pelo PSD que, as expensas do orçamento municipal, executou a obra de requalificação do jardim das freiras, e não o PS. -----

A solução arquitetónica existente no espaço público em questão foi mandada executar por um executivo do PSD. -----

Pouco importa se, em 2000 ou 2001, existiam buracos no jardim das freiras, que presumo tenham sido executados pela concessionária, ao abrigo de contrato de direito de superfície, mas sim o que, depois, veio a ser construído nesse local. E, portanto, vir aqui insinuar que a responsabilidade pela construção da praça das freiras, a que existe hoje no local, foi executada pelo PS, não tem cabimento e adesão à verdade. Pois quem foi que lançou o concurso para essa empreitada, foi o PSD. Portanto, se achava que o projeto que tinham herdado não era bom, faziam como nós fizemos, por exemplo, no Jardim do Bacalhau e no Museu das Termas Romanas, e noutras empreitadas, alteravam-no ou pura e simplesmente faziam outro. -----

Esta é, no essencial, a história. Esta é a verdade dos factos. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, disse, -----

Mais uma vez cumprimento-os a todos. O senhor Presidente da Câmara gosta de forma habilidosa, vir aqui, de facto, atirar responsabilidade para o Partido Social Democrata. Todos nós sabemos e a cidade sabe e já outras forças políticas o disseram aqui, porque são de cá, nasceram cá e conhecem isto, ainda o senhor Presidente não tinha nascido, já eu andava na política, parece-me a mim. -----

O senhor Presidente vem outra vez com a história do processo e do concurso, mas senão têm feito a destruição do Jardim das Freiras, haveria isso tudo? Haveria alguma coisa? Olhe senhor Presidente, só lhe digo uma coisa, fomos nós que fizemos o concurso não foi? E quem fez o concurso das obras todas que o senhor Presidente fez com o dinheiro e com os 32 (trinta e dois) milhões que nós deixamos na Câmara? Sim,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

pois as obras todas que o senhor Presidente fez, aí, também não foi o senhor Presidente que lançou os concursos? Não foi? Então quem foi que os lançou? Vou dizer-lhe uma coisa muito rápida, eu conhecia o Concelho de Chaves em 1976 (mil novecentos e setenta e seis) como as minhas mãos. Nós, Partido Social Democrata/PPD/PSD, não recebemos lições morais nenhuma do Partido Socialista, porque o Partido Socialista teve uma ponte com 2 (dois) anos sem primeiro fazer os acessos. Acima de tudo, há outra coisa, eu conhecia as estradas e os caminhos todos do nosso Concelho, sei muito bem o que nós fizemos, não tínhamos Fundos Comunitários, por conseguinte, quando o senhor Presidente quiser discutir o Concelho desde 1976 (mil novecentos e setenta e seis) para cá, eu estou à sua disposição e vou-lhe provar de facto, (pois há uns anos fiz uma intervenção), e também lhe vou dizer aquilo que o PPD/PSD fez e aquilo que o PS fez. -----

Também queria referir-me quanto à intervenção da senhora Deputada Municipal, Brigitte Bazenga, do PS, a senhora Deputada tem razão quanto ao aspeto que tinha a Rua do Faustino, aonde estava o restaurante Jorge, de facto, não há dúvida que aquilo estava uma vergonha, não há dúvida nenhuma. Mas quem esteve lá nos últimos 12 (doze) anos? Fomos nós ou foram vocês? Quem em 1989 (mil novecentos e oitenta e nove) perdeu a Câmara e quem ficou lá até 2001 (dois mil e um)? Foram vocês. Então, como é que é, o espaço era vosso, porque é que não o limpavam durante 12 (doze) anos? Têm razão, nós não tínhamos Fundos Comunitários, nós entramos com uma Câmara vazia que não tinha nada, nem máquinas, nem pessoal, nem apoio jurídico, nem nada, mas vocês estiveram no poder 12 (doze) anos e agora estão a acusar-nos que não fizemos nada? Mas vocês fizeram? -----

Encerrou o debate o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----
Muito boa tarde, senhor Presidente da Mesa, em exercício, senhoras secretárias, senhores membros do Órgão Executivo, senhores membros do Órgão Deliberativo e público aqui presente. -----

Só vim cá, porque me chamaram habilitoso. Eu não sou habilitoso, eu tenho, sim, amor à verdade. Existem, contudo, pessoas que estão ainda em estado de negação e enquanto não o superarem, não conseguirão dar o passo seguinte, que é o da reabilitação. Essa é a minha avaliação, no entanto, não me cabe a mim ser psicólogo ou conselheiro do PSD local, essa é, certamente, a missão dos militantes e dos órgãos internos do partido. -----

Eu vim aqui e referenciei factos, nenhum dos factos que eu aqui enunciei foi colocado em causa, um só! A minha última intervenção foi o apuramento factual, só factual, mais nada, não fiz considerações políticas, a não ser os apartes, porquê? Porque este foi o itinerário cronológico que aconteceu e, portanto, esta é a verdade e não vale a pena tentar reescrever a história, tentar arranjar nuvens de fumo, tentar falar do passado, não interessa nada. Só digo outra coisa, em 46 (quarenta e seis) ou 47 (quarenta e sete) anos de gestão autárquica, quantos anos é que o PSD esteve à frente? Quantos? Façam as contas? Nós estivemos 16 (dezasseis) anos, portanto, para 46 (quarenta e seis) é só fazer as contas! E, portanto, a aritmética é simples, esta é simples, outra pode ser mais complicada. -----

Termino dizendo o seguinte: O executivo liderado por mim herdou dívidas, e não foram 32 (trinta e dois) milhões, foram 38 (trinta e oito), ou 42 (quarenta e dois), em função dos pressupostos que se enunciem. Portanto, nós não herdámos nenhum dinheiro, sendo que desafio o senhor Deputado a pedir um extrato da conta existente à data, 2017 (dois mil e dezassete) e verá, efetivamente, quais eram os créditos que o Município tinha, se, de facto, eram os 32 (trinta e dois) milhões que lá estavam, como o senhor Deputado afirma.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Depois, dizer-lhe outra coisa muito clara, já percebi que o senhor gostaria muito de discutir comigo o concelho e a sua liderança, mas, para isso, tem que ser candidato à Câmara. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 5 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CHAVES (CMS-MC). PROPOSTA N.º 59/GAPV/2022. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Reitero cumprimentos à Mesa, ao Órgão Executivo, ao Órgão Deliberativo e aos presentes neste espaço. -----

Este documento que esteve em discussão pública e que visa, sobretudo, fazer uma atualização daquilo que foram alterações legislativas subsequentes àquilo que tinha sido a data da aprovação por este Órgão Deliberativo. Portanto, é fazer um ajustamento normativo, tão somente, para que, de facto, este Conselho Municipal de Segurança possa estar conforme a lei e, naturalmente, possa disciplinar e possa orientar os trabalhos deste Conselho Municipal consultivo que tem como objetivos centrais, questões relacionadas com a segurança nas várias dimensões, questões de marginalidade, questões também de criminalidade, questões da segurança no contexto escolar e outras questões, designadamente, no domínio rodoviário. -----

Portanto, o que eu peço, é que possa ser aprovado para que nós possamos trabalhar ou esta comissão possa trabalhar com base num documento conforme a lei habilitante. Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 6 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO DESTINADO AO FOMENTO DA APICULTURA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 13/GSPBEA/2022. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Reitero cumprimentos à Mesa, aos membros do Órgão Executivo, aos membros do Órgão Deliberativo e a todos os presentes. Este projeto, enfim, esta proposta de regulamento depois de ter sido submetida à discussão pública e à auscultação dos interessados, visa disciplinar de uma forma mais clara, mais transparente e mais universal aquilo que tenha sido já um apoio que o Município tem concedido aos apicultores, reconhecendo que é uma atividade desenvolvida por pequenos agricultores e que tem uma função complementar a outro tipo de atividades agrícolas e que também, reconhecendo o esforço individual e o esforço público que é feito pelo Estado, designadamente, no combate a uma praga que ataca as colmeias que é a varrose, quisemos, desde há alguns anos a esta parte, dar o apoio a todos os apicultores. -----

Esse apoio, até agora, tem sido canalizado e concedido através da associação que agrega a grande maioria dos apicultores deste Concelho, mas, ainda assim, acho que há 7 (sete) ou 8 (oito) apicultores que não pertencem à Montimel e, portanto, estavam, de alguma forma, arredados da possibilidade de beneficiar deste apoio. O que nós queremos, desta forma, é o Município passar a fazer como faz relativamente ao apoio à produção pecuária, o que faz relativamente também à produção suínica. Portanto, o que nós queremos, é dar um instrumento que permita a todos aqueles que desenvolvam esta atividade, devo dizer que nós temos no nosso Concelho 128 (cento e vinte e oito) apicultores, têm 7029 (sete mil e vinte e nove) colónias. E, portanto, quer-nos parecer que é, de facto, uma atividade que merece alguma atenção, e este regulamento o que vem fazer, é dar normalidade, é ter um instrumento que permita, depois, ao Município



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

dar este apoio a quem labuta, a quem trabalha nesta área agrícola e isso vem reforçar aquilo que tem sido o caminho de apoio ao mundo rural, é mais um passo nesse sentido. Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 7 – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES. -
RESERVA DE RECRUTAMENTO. PROPOSTA N.º 82/GAPV/2022. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Reitero cumprimentos à Mesa, aos membros do Órgão Executivo, aos membros do Órgão Deliberativo e a todos os demais presentes. -----

Penso que, já naquilo que foi a discussão no Período Antes da Ordem do Dia, já aduzi, ainda que sumariamente, a esta proposta. Como sabem, nós, em fevereiro deste ano, fizemos um aditamento ao mapa de pessoal no sentido de acomodar e integrar todos os trabalhadores não docentes, ou seja, pessoal não docente das escolas. No entanto, identificámos que existem outras carências, carências permanentes relativamente às quais entendemos que a resposta deve ser em termos de estabilidade e, por isso, é que queremos fazer o recrutamento para aquilo que as pessoas dizem, para o quadro, para podermos fazer uma celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para mais 8 (oito) pessoas para a área das escolas e 2 (dois) para a área desportiva, estamos a falar da carreira de assistente operacional -----

Esta proposta visa, sobretudo, dotar o CAF (Complemento de Apoio à Família) de recursos humanos para o efeito, ou uma parte substancial destes recursos são para o CAF que terão uma intervenção importante para a concretização da escola a tempo inteiro, como sabem, é, sobretudo, exclusivamente para os alunos do pré-primário. Esta proposta permitir-nos-á a nós, (nós temos um concurso aberto com reserva de recrutamento) já na próxima semana, podermos fazer o recrutamento para, imediatamente a seguir, colocarmos um reforço adicional nas nossas escolas. -----

Portanto, é esse o nosso objetivo central, porque, senão, porventura, esta solução seria apresentada conjuntamente com os Documentos Previsionais para o exercício futuro. Como sabem, tem que ser acompanhada também do Mapa de Pessoal, mas entendemos, por esta questão de contingência e de necessidade, alocar mais recursos às escolas, quisemos trazê-la agora para que possamos, ainda em tempo útil, poder dar uma resposta mais apropriada. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 8 – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE 1 CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – DIVISÃO DE AMBIENTE. PROPOSTA N.º 73/GAPV/2022. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Boa tarde, novamente. Senhor Presidente da Mesa, em exercício, senhoras Secretárias, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Público aqui presente, Comunicação Social e, também, staff de apoio. -----

A explicação desta proposta é muito simples, na sequência da aposentação do Técnico Superior que vinha desempenhando as funções de Chefe de Divisão da Área do Ambiente, Engenheiro Delmar, houve a necessidade de prover, ainda que de forma provisória, esse cargo de Direção Intermédia de segundo grau, portanto, Chefia de Divisão. Foi designado um novo técnico licenciado em ambiente, no caso concreto, posso partilhar com vocês, foi o Engenheiro Paulo Valoura, e na sequência dessa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

nomeação, como sabem, sempre que há uma nomeação em regime de substituição, existe a obrigação de no prazo de 90 (noventa) dias abrir o concurso, o procedimento para recrutamento na modalidade de concurso para provimento desse lugar. Portanto, o que nós propomos aqui, é que se aprove o Júri, porque, isso sim, é competência deste Órgão Deliberativo, o Júri que possa conduzir as operações deste procedimento, como podem ver aí, têm a identificação do Júri e têm uma nota curricular dos membros desse Júri para que possa ser apreciado e seja votado. -----

Devo dizer que a votação neste caso tem que ser por escrutínio secreto. -----

Não se registaram intervenções. -----

A votação foi efetuada por escrutínio secreto, tendo sido aprovada por maioria, com 57 (cinquenta e sete) votos a favor, 1 (um) voto contra e 6 (seis) votos em branco. -----

PONTO 9 – ANÁLISE DO RELATÓRIO QUE COMPREENDE O 1º E 2º SEMESTRES DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “INOVAÇÃO PRODUTIVA – EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE 08/SI/2020”, CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE A.S. METAIS – FABRICO E LACAGEM, LDA. - INFORMAÇÃO Nº 33/DDE/2022, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 01.09.2022. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Boa tarde, novamente. Reitero cumprimentos à Mesa, aos membros do Órgão Executivo, aos membros do Órgão Deliberativo e a todos os demais presentes. -----

A explicação, relativamente a estes documentos, que são dois, como já perceberam, é a seguinte: no primeiro caso, é para que possam ser apreciados e votados dois relatórios do 1º e 2º semestre nos termos do Regulamento Municipal de apoio àquilo que são os Projetos de Interesse Municipal. É obrigatório que se faça o acompanhamento do desenvolvimento desses projetos e que o Órgão, neste caso, o Órgão Deliberativo possa conhecer e se possa pronunciar. A informação relevante para o efeito, no primeiro caso, tem a ver com uma empresa que está a desenvolver o investimento no Parque Empresarial. Estamos a falar da empresa A.S. Metais e pela informação que nós temos suportada aqui no relatório feito pela comissão técnica de análise e acompanhamento e fiscalização de Projetos de Interesse Municipal o que nós percebemos aqui é que, efetivamente, há um cumprimento no essencial de todas as obrigações subjacentes à decisão de concessão de benefícios fiscais que estão enunciados no respetivo Regulamento. E, portanto, na minha perspetiva, o que eu proponho é que se possa votar favoravelmente esta proposta. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 10 – PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM -. CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS.BENEFICIÁRIA: FACHADA MÁGICA – ESTUTURAS MODULARES, LDA.INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 161/UCE/2022. -----

Este, é o 2º documento, e a proposta tem idêntica natureza ao da proposta anterior, ou seja, é um PIM. Neste caso concreto estamos a falar de uma outra empresa que é a Fachada Mágica Estruturas Modulares, Lda que está a construir estruturas modulares, neste caso concreto, não está a desenvolver nenhum projeto no Parque Empresarial, mas está junto ao antigo Parque Empresarial da Cocanha, numa zona confinante. Também, de igual forma, o que nós propomos, é que se possa aprovar favoravelmente este relatório, porque, efetivamente, a evolução está grosso modo orientada com aquilo que são os postulados, os pressupostos e os prazos enunciados nesse mesmo contrato de concessão de benefícios fiscais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 11 – SOLICITA A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE OUTEIRO SECO – NA RUA CENTRAL/EM 506 – FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - PROCESSO Nº 778/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 514/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 07/09/2022. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa das propostas do Executivo Municipal. -----

No pressuposto de que será a última intervenção cumprimento o senhor Presidente da Mesa, em exercício, e agradecer-lhe a condução dos trabalhos desta Assembleia, as senhoras Secretárias, de igual forma, a senhora Vereadora, os senhores Vereadores, os senhores Deputados Municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesias, público aqui presente, a comunicação social que, eventualmente, ainda esteja presente e o staff de apoio. -----

Sobre este conjunto muito alargado de propostas devemos fazer, aqui, uma breve reflexão. Temos tido um conjunto de solicitações, muitas delas de cidadãos, outras delas dos nossos autarcas Presidentes de Junta, no sentido de que possam ser introduzidos mecanismos, medidas de acalmia do tráfego e muitos desses casos traduzem-se no incremento da sinalização ou na colocação de lombas. -----

É verdade que têm sido inúmeros os pedidos, se repararem, só a esta Assembleia Municipal vêm 10 (dez) ou 12 (doze). Numa primeira fase, eu procurei perceber se, de facto, esta situação também acontecia no passado e a verdade é que estivemos a consultar a informação e no passado eram poucas as situações desta natureza. Não sei se este resultado tinha a ver com a circunstância de os pedidos não lhe darem essa urgência, não serem objeto de análise técnica e não serem depois objeto de concretização e respetivo financiamento, ou se, porventura, o que nós temos hoje, é uma sensação, todos, a comunidade e os cidadãos individualmente considerados de maior risco de perigo rodoviário porque, de facto, se nós pensarmos bem, já são dezenas os pedidos de incremento de acalmia de tráfego. -----

Ao mesmo tempo, se temos pessoas a pedirem o incremento da sinalização e, sobretudo, da introdução de lombas nas vias, também é verdade que temos alguns cidadãos e, sobre tudo, alguns empresários da área do rodoviário a manifestarem alguma apreensão. É, de facto, uma matéria que tem tido diferentes avaliações nas nossas comunidades, temos pessoas que muito intensamente solicitam essas medidas, temos outros que dizem exatamente o contrário. -----

De qualquer das formas, vou explicitar aqui o que nós temos feito, sempre que há um pedido desta natureza, é pedido que seja feita uma análise técnica por um engenheiro civil com formação muito particular nesta área que se desloca ao local para ouvir as pessoas e os Presidentes de Junta, percebendo a situação muito concreta. Depois, na sequência disso, face à enunciação daquilo que são as medidas que são adequadas para que, de facto, se possa diminuir o risco ou o perigo rodoviário. -----

Em regra, essas medidas concretizam-se por um lado num incremento substancial da sinalização e, ao mesmo tempo, também lombas. É verdade que nestas propostas já temos alocados dezenas de milhares de euros, só este ano. -----

E, portanto, dizer que continuaremos a apreciá-las e a avaliá-las sempre e quando sob o ponto de vista técnico for aconselhável esta introdução, sendo certo, que também entendemos que para além destas medidas, é importante que sejam incrementadas outro tipo de medidas de sensibilização e de formação para aquilo que é a nossa (e aí, incluo-me também) forma de conduzir, todos nós, porventura, temos que refletir sobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

a forma como nós encaramos a condução e a forma como nós percecionamos o risco ou, sobretudo, o risco que provocamos nos outros utentes da via ou noutros utilizadores da via, como são os peões. -----

E, portanto, queria deixar aqui estas reflexões. Por último, dizer que estamos a trabalhar num regulamento no sentido de que o possamos trazer à Assembleia Municipal para que sejam definidos os critérios e os parâmetros para que, depois, a própria Câmara ou o Órgão Executivo possa aprovar ou não propostas desta natureza no uso de competência delegada nesse próprio regulamento por este Órgão Deliberativo para que não tenhamos ordens de trabalho com 10 (dez), 12 (doze), 17 (dezassete) ou mais propostas de idêntico teor. Dito isto, o que eu peço, é a aprovação de todas as propostas. Obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 12 – SOLICITA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE REDONDELO – NA LOCALIDADE DAPASTORIA, – FREGUESIA DE REDONDELO - PROCESSO Nº 479/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 323/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 07/06/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 13 - SOLICITA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO PARA VEÍCULOS PESADOS, – NA LOCALIDADE DO COUTO, – FREGUESIA DE ERVEDEDO - PROCESSO Nº 491/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 324/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 08/06/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 14 - SOLICITA A CRIAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA VEÍCULOS ARTICULADOS, A PEDIDO DO INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES, I.P. (CHAVES) – NA AVENIDA DE SANTO AMARO, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 520/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 319/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 06/06/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 15 - PEDIDO DE CRIAÇÃO DE UM LUGAR PARA CARGAS E DESCARGAS, APRESENTADO PELO MUNICÍPIO DE CHAVES – NA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES, JUNTO AO MERCADO MUNICIPAL – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 788/22. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 495/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ARQUITETO TIAGO LOPES, DATADA DE 02/09/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 16 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE PLACA DE CARGAS E DESCARGAS, A PEDIDO DO SENHOR YE WEIWEI, PROPRIETÁRIO DA FIRMA FANTASY IMAGINATION, LDA – NA RUA DO PESSEGUEIRO PRÓXIMA DO ARMAZÉM DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 805/22. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 501/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ARQUITETO TIAGO LOPES, DATADA DE 05/09/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 17 – SOLICITA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO DE SINALIZAÇÃO, – DESDE O CRUZAMENTO DA AVENIDA DE SANTO AMARO E RUA DE CARAMACHÃO ATÉ AO CRUZAMENTO DA R. JOSÉ JOAQUIM DELGADO E R. MARIA ISABEL PEREIRA, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 503/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 356/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 22/06/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 18 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ATRAVÉS DO PORTAL “A MINHA RUA” COM O Nº DE REGISTO 61802, – NA AVENIDA DE SANTO AMARO, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 461/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 283/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 25/05/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 19 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, EM NOME DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANFINS – NUM CRUZAMENTO EM SANFINS DA CASTANHEIRA, ENTRE A RUA DO CRUZEIRO E A RUA DA CAPELA, – FREGUESIA DE SANFINS - PROCESSO Nº 498/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 346/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 15/06/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 20 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, EM NOME DE PEDRO ANDRADE, – NA AVENIDA DR. ANTÓNIO GRANJO, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 563/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 367/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 28/06/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 21 - PEDIDO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, A PEDIDO DO SENHOR PRESIDENTE DA FREGUESIA DE OUTEIRO SECO – NUM CRUZAMENTO ENTRE A RUA DE SANTA ANA E A RUA DE NABELHOS – FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - PROCESSO Nº 776/22. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 493/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ARQUITETO TIAGO LOPES, DATADA DE 01/09/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 22 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, A PEDIDO DO SR. RICARDO GOMES MAU-PÃO – NA RUA DO ABADE FRAGA, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 762/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 512/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 06/09/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Por último, o Presidente da Mesa, em exercício, **Anselmo José Martins**, agradeceu a forma elevada como decorreram os trabalhos e deu por encerrada a Sessão da Assembleia Municipal. -----

De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que a transcrevi e também assino. --

O Presidente da Mesa, em exercício: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____

A funcionária: _____